OPINIÃO

Bancos: menor concorrência aumenta riscos sistêmicos

TengTeng Xu, página 2

DECISÕES ECONÔMICAS

Crise política pode inviabilizar novo autódromo do Rio

Ronaldo Ferraz e Sergio Braga, página 7

Monitor mercantil

Rio de Janeiro, sexta-feira, 3 de maio de 2019

ANO CVI - Nº 28.370

R$ 1,50 (Rio de Janeiro)

R$ 3,00 (outros estados)

Siga twitter.com/sigaomonitor

Acesse monitormercantil.com.br

ISSN 1980-9891

Justiça venezuelana ordena prisão de López

O Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela revogou nesta quinta-feira a sentença de prisão domiciliar proferida contra o líder oposicionista Leopoldo López, em fevereiro de 2014.

Para o 5° Tribunal de Execução Criminal de Caracas, López violou as condições estabelecidas para que fizesse jus ao benefício. Na terça-feira, o deputado venezuelano e autodeclarado presidente interino Juan Guaidó afirmou ter concedido "indulto presidencial" a López, que deixou sua residência e foi se encontrar com Guaidó, com quem fez uma rápida aparição em público e gravou um vídeo divulgado pelas redes sociais. Mais tarde, López esteve na Embaixada do Chile em Caracas, de onde seguiu para a Embaixada da Espanha, onde permanece desde então, junto com a esposa e a filha.

Para o tribunal, López não só descumpriu as condições da prisão domiciliar, como violou a proibição de fazer pronunciamentos políticos por quaisquer meios, nacionais ou internacionais, "demonstrando, assim, não se sujeitar às medidas" impostas em 2014.

A ordem de prisão foi expedida na tarde desta quinta e deve ser cumprida pelo Serviço Nacional de Inteligência Bolivariana. López deverá cumprir o que resta de sua pena de 13 anos de prisão – da qual já cumpriu cinco anos, dois meses e 12 dias – na prisão militar de Ramo Verde, na cidade de Los Teques, em Miranda.

Conforme informações de agências internacionais, o governo espanhol afirmou que não tem intenção de entregar Lopez – considerado o mentor de Juan Guaidó – às autoridades venezuelanas.

MDB detona 3 pontos da reforma da Previdência

Líder do PR: 'Se governo for nessa linha, chance de aprovação é zero'

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Wellington Roberto: quem decide são os deputados em votação

O MDB não aceita mudanças no Benefício da Prestação Continuada (BPC), na aposentadoria rural e na dos professores. Além disso, quer alterar a fórmula da pensão por morte e as aposentadorias especiais, como as dos policiais.

A sexta maior bancada da Câmara tem outros pontos de discordância em relação à proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo: a questão das diferentes alíquotas de contribuição e a restrição ao acesso ao abono salarial (PIS).

Sobre a capitalização, o MDB ainda pretende discutir posição ao longo dos debates na comissão que analisa a reforma. O sistema é o cerne da proposta do ministro Paulo Guedes (Economia), que deseja adotar o falido modelo chileno, que poderia render às instituições financeiras R$ 388 bilhões por ano.

A posição dos emedebistas vai de encontro à declaração da líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselman (PSL-SP). Ela afirmou nesta quinta-feira que outras modificações na reforma da Previdência, além da retirada das alterações no BPC e na aposentadoria rural, não deverão ser aceitas.

Já o líder do PR, deputado Wellington Roberto (PB), defendeu um amplo debate sobre a proposta. Para ele, a decisão sobre o texto final da reforma da Previdência cabe aos parlamentares. "Se quem decide são os deputados em votação, como o governo pode se antecipar e decidir pelo Parlamento? Se for nessa linha, a chance que o governo terá de aprovar a reforma da Previdência é zero", declarou o líder. O PR já havia manifestado a intenção de alterar a proposta relativa à aposentadoria dos professores.

O secretário da Previdência, Rogério Marinho, por outro lado, insiste na defesa do texto integral. Para ele, tanto as alterações propostas sobre o BPC quanto sobre a aposentadoria rural devem ser preservadas.

Serra instruiu embaixadores a negar golpe contra Dilma e apoiar Temer

Documentos aos quais a Agência Pública teve acesso, através de pedidos pela Lei de Acesso à Informação, comprovam que apenas doze dias após afastamento inicial da ex-presidente Dilma Roussef (PT), o recém-empossado ministro das Relações Exteriores José Serra enviou mensagem para diplomatas apoiarem Michel Temer (MDB) e defenderem o impeachment, que só foi concretizado três meses depois. As informações estão presentes em mais de cem comunicados transmitidos pelas embaixadas do Brasil entre maio e setembro de 2016.

"Cumpri instruções". Assim começa uma série de correspondências escritas por diplomatas brasileiros no exterior. Da representação do Brasil em Washington ao embaixador na minúscula e ilha de Santa Lúcia, no Caribe, diplomatas brasileiros obedeceram à ordem clara e rigorosa do Ministério das Relações Exteriores do recém-iniciado governo de Michel Temer (MDB): rechaçar qualquer questionamento ao processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) vindo de outros diplomatas, de órgãos internacionais ou mesmo da imprensa estrangeira, além de manter informado o Governo Temer de onde partiriam eventuais críticas.

Segundo os documentos pesquisados pela Agência Pública, era crucial aos embaixadores brasileiros rebater qualquer afirmação sobre erros de conduta durante o julgamento, que citasse "jogos de interesse" ou apontasse manobra política no processo. Termos como "golpe de Estado" e "manipulação política" também constaram nos exemplos de "posturas equivocadas".

A argumentação dos embaixadores brasileiros seguia a circular "Circtel 101296", enviada em 24 de maio pelo Itamaraty. O texto apresentava "a versão correta" do impeachment, compilava argumentos que a legislação brasileira estava sendo cumprida rigorosamente e afirmava que o Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF) sustentavam a lisura do processo. A circular foi novamente citada em setembro, quando nova mensagem do Ministério das Relações Exteriores reforçou: "se consultado a respeito do processo de afastamento da ex-PR Dilma Rousseff por representantes governamentais, diplomáticos, da imprensa ou da academia, Vossa Excelência deverá recorrer aos termos da Circtel 101296".

A circular do Itamaraty listava argumentos de autoridades governamentais e dirigentes de organismos internacionais que deveriam "ser enfrentados com rigor e proficiência". No texto, o Ministério das Relações Exteriores se dedica a combater o argumento que o afastamento de Dilma invalidaria o voto de mais de 50 milhões de brasileiros. Na contra argumentação do ministério, "os votos recebidos por um presidente da República não constituem barreira à instauração de processo de impeachment" visto que "os deputados e senadores brasileiros receberam igualmente milhões de votos para cumprir suas funções constitucionais".

A íntegra desta matéria se encontra no site www.monitordigital.com.br.

Menor importação de máquinas leva balança ao 2º melhor abril

A queda das importações fez a balança comercial registrar o segundo melhor resultado da história para meses de abril. No mês passado, o país exportou US$ 6,061 bilhões a mais do que importou em março, alta de 2,3% em relação ao resultado positivo de US$ 5,922 bilhões de abril de 2018.

Esse foi o segundo melhor resultado da série histórica para o mês, só perdendo para abril de 2017 (US$ 6,963 bilhões). Com o resultado de abril, a balança comercial – diferença entre exportações e importações – acumula superávit de US$ 16,576 bilhões nos quatro primeiros meses de 2019, valor 8,7% inferior ao do mesmo período do ano passado.

No mês passado, as exportações somaram US$ 19,689 bilhões, com leve queda de 0,1% em relação a abril de 2018 pelo critério da média diária. As vendas de manufaturados cresceram apenas 0,8% na mesma comparação.

As exportações de produtos básicos subiram 2,1% em relação ao mesmo mês do ano passado, com destaque para algodão bruto (145,2%), carne suína (51,4%) e carne bovina (48,1%).

LEILÃO & COMPANHIA

Semana reserva oportunidades em imóveis e veículos

Lydia Gonzalez, página 6

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 3,9590
Dólar Turismo	R$ 4,1100
Euro	R$ 4,4241

Cotações das moedas fornecidas pela plataforma BomCâmbio

IGP-M	1,26% (março) 0,88% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (dez.)	0,15%
SP (set.)	1,32%
Iuan	R$ 0,5891
Ouro (gr)	R$ 162,80
Selic	6,50%
Hot Money	1,08% a.m.

Itaú expande lucro em 7,1% no trimestre: R$ 6,9 bilhões

O lucro líquido recorrente do Itaú Unibanco atingiu R$ 6,9 bilhões no primeiro trimestre de 2019, crescimento de 7,1% na comparação com o ano anterior, conforme mostra um comunicado enviado ao mercado nesta quinta-feira.

O retorno recorrente sobre o patrimônio líquido foi de 23,6%, alta de 1,4 ponto percentual na mesma base de comparação (22,2%). ***Página 8***

Bancos: menor concorrência aumenta riscos sistêmicos

A crise financeira mundial de 2007–2009 e o período subsequente de taxas de juros baixas renovaram o interesse das autoridades na relação entre a rentabilidade dos bancos e a estabilidade financeira. Apesar da recuperação subsequente, o rendimento do capital próprio de muitos bancos permanece abaixo do custo desse capital. As avaliações de mercado continuam abaixo do valor dos balanços dos bancos, indicando que o mercado faz uma avaliação pessimista da capacidade dos bancos de superar os desafios da rentabilidade.

Em um documento recente da série IMF Working Papers, examinamos como a rentabilidade dos bancos afeta a estabilidade financeira dos pontos de vista teórico e empírico. Desenvolvemos um modelo teórico da relação entre a rentabilidade dos bancos e a estabilidade financeira, explorando o papel dos rendimentos não relacionados a juros e dos modelos de negócios voltados para o varejo.

Em seguida, analisamos dados de 431 bancos de capital aberto para examinar os determinantes dos riscos e da rentabilidade dos bancos e verificar como o nível e a fonte dessa rentabilidade afetam os riscos. Nesse sentido, analisamos não apenas a ligação entre o nível da rentabilidade dos bancos e a estabilidade financeira, mas também a questão mais profunda de como a fonte da rentabilidade bancária afeta a estabilidade financeira.

Entre os bancos do estudo, figuravam todos os bancos internacionais sistemicamente importantes de todo o mundo e todos os bancos públicos dos EUA e dos países desenvolvidos da Europa. O período da amostra abrangia 2004 a 2017.

Encontramos evidências de que o aumento da rentabilidade está associado a uma queda dos riscos não apenas no nível de cada instituição, mas também no nível do sistema, medida pela contribuição para os riscos sistêmicos. Lucros altos reduzem o risco de duas maneiras: os lucros normalmente permitem acumular reservas contra choques negativos, e a perspectiva de lucros futuros restringe a tomada de riscos pelos bancos, pois eles "têm mais a perder".

Embora o nível de rentabilidade dos bancos seja importante para a estabilidade financeira, a origem dos lucros de um banco é fundamental.

No ambiente de juros baixos após a crise financeira mundial, os bancos se diversificaram ao buscar fontes de rendimentos que não decorressem de juros. O aumento da dependência de outras fontes de rendimentos tende a estar associado à elevação dos riscos para os bancos, medida tanto no nível das empresas quanto em termos da contribuição para o risco sistêmico.

O nível de elevação do risco depende do modelo de negócios do banco. Embora as atividades não relacionadas aos rendimentos de juros possam oferecer algumas vantagens em termos de diversificação para os bancos voltados para o varejo, com uma relação entre empréstimos e ativos relativamente alta, uma dependência excessiva desses rendimentos poderia levar a um aumento dos riscos.

Rentabilidade das instituições: é importante saber qual é a fonte

Contudo, nem todos os tipos de atividades que não geram rendimentos de juros produzem o mesmo nível de risco. Os bancos voltados para o varejo podem estar mais inclinados a escolher atividades de varejo que não rendam juros, pois elas complementam sua base de clientes de empréstimos já existente. Alguns exemplos desses rendimentos no segmento de varejo são as taxas cobradas pelos serviços de pagamento (como as taxas dos cartões de crédito) e as comissões de seguros. Tais atividades tendem a ser uma fonte estável de lucros e a proporcionar as vantagens da diversificação.

Em contrapartida, os bancos menos voltados para o varejo podem obter uma parcela relativamente grande de rendimentos não relacionados a juros com atividades baseadas no mercado, como a subscrição, o market-making, a negociação e os serviços de banco de investimento. Essas atividades tendem a gerar rendimentos mais voláteis e pró-cíclicos e estão associadas a riscos mais altos, tanto para as instituições como para o sistema financeiro.

De maneira análoga, outras características dos modelos de negócio voltados para o atacado – como a alta alavancagem e a dependência de fontes de financiamento institucionais – também estão associadas a riscos elevados.

Existe também uma estreita ligação entre a concorrência e a estabilidade financeira. Os bancos com maior poder de mercado – com base no índice de Lerner, que mede sua capacidade de elevar os preços – tendem a estar associados a riscos menores quando analisados individualmente, mas a uma contribuição mais alta para o risco sistêmico. Embora a capacidade de elevar os preços beneficie um determinado banco, poderia aumentar os riscos no nível sistêmico devido ao excesso de poder de mercado de alguns bancos. Essa constatação é especialmente importante em vista do aumento da consolidação bancária após a crise financeira mundial.

O que isso significa para as autoridades? Primeiro, os resultados destacam a necessidade de uma distinção mais nítida entre os diversos tipos de rendimentos não relacionados a juros, reconhecendo que as atividades de mercado que não rendem juros são mais arriscadas do que as atividades de varejo.

Segundo, é importante levar em conta o impacto da consolidação bancária sobre a concorrência e o risco sistêmico. As autoridades precisam encontrar um equilíbrio entre a redução de custos decorrente da consolidação e um ambiente bancário competitivo. Uma abordagem para promover a concorrência é permitir o ingresso de novas empresas no setor financeiro em vez de impor barreiras excessivas, tanto nacionais como internacionais, à entrada de novos concorrentes.

Terceiro, esses resultados mostram a necessidade de avaliar a fonte e a sustentabilidade dos lucros dos bancos, sobretudo quando houver um excesso de dependência de rendimentos não relacionados a juros, captação de recursos institucionais e alavancagem. Dar mais atenção a essas questões pode ajudar as autoridades a projetar e calibrar melhor os testes de estresse e a análise dos riscos sistêmicos.

❑ ***Udaibir S. Das***
Conselheiro e diretor assistente do Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI.

❑ ***TengTeng Xu***
Economista no Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI.

❑ ***Kun Hu***
Economista.

Venezuela, entre a tragédia e a ditadura de Maduro

Corajoso e destemido, Juan Guaidó, o autoproclamado presidente da Venezuela, acaba de ir para o campo de batalha, agora junto com vários oficiais de algumas das principais unidades das Forças Armadas desse país-irmão que vem sofrendo com a fome de um poder desmedido de Chavez e Maduro. Com essa ação, o bravo Guaidó dá início à chamada Operação Liberdade.

O povo da Venezuela, combalido, já não tem mais fôlego para suportar tanta desordem econômica, social e política, além das privações pelas quais vem passando há anos. Falta à população, além de casa e moradia, alimentação, saúde, escola e segurança pública. A Venezuela, um próspero país há duas décadas, foi convertido em uma nação miserável e tomada pelo desiquilíbrio de seus últimos governantes que querem, com atos bárbaros, se perpetuar no poder a qualquer custo.

O líder da oposição, em mais um gesto de nobreza para retirar seu povo de um regime opressor, também convocou o povo a tomar os largos, becos, praças, ruas e avenidas, até que se consolide "o fim da usurpação, que já é irreversível", em suas palavras. Dezenas de países em todo o mundo já reconhecem Guaidó como presidente interino da República.

Outro momento emblemático e de grande repercussão em todo o país foi o encontro entre Guaidó e Leopoldo López, outro opositor ao regime de Maduro, que estava impedido de sair de sua casa, desde 2017, onde cumpre prisão domiciliar.

Nessa ditadura cruel, ninguém pode se atrever a contrair os interesses do tresloucado ditador Maduro, mas alguns como Guaidó e López sabem que a população só estará em liberdade e poderá voltar a viver em paz e em harmonia no dia em que esse truculento e sanguinário mandatário for definitivamente deposto ou morto. Guaidó e López fizeram publicar, nas redes sociais, um vídeo no qual aparecem juntos e selam, assim, um pacto em favor do movimento que pretende dar por encerrado o desmando de Maduro.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro seguiu esta semana para a fronteira de Roraima com a Venezuela, em uma comitiva de parlamentares que acompanha os desdobramentos da situação política nesse país vizinho que já foi sinônimo de riqueza, democracia e de liberdade. Os ventos da tirania, contudo, acabaram com a paz de todos os que lá vivem e, revoltados, muitos deles, procuram refúgio em alguns dos Estados brasileiros, sobretudo os localizados na Região Norte.

País se mostra um ponto fora da curva do mundo moderno

Importante recordar uma entrevista à revista *Crusoé*, recentemente censurada pelos ministros Dias Toffoli, presidente do STF, e Alexandre Moraes, da opositora María Corina Machado, uma das vozes mais críticas contra a ditadura de Maduro: "O regime criminoso de Maduro e seus colegas já começou a cair. O colapso da ditadura é irreversível. Mas como eles têm uma mentalidade criminosa, estão dispostos a fazer qualquer coisa e semear a destruição somente para ganhar mais um dia de vida. Cada dia que passa é muito doloroso para a Venezuela. E, a cada minuto, a capacidade de Maduro fazer uma negociação real com a oposição também diminui. O ditador já não pode mais governar porque não tem recursos e nem liderança dentro das Forças Armadas. As únicas coisas que lhe sobram são a repressão e o medo."

De acordo com observadores internacionais, o apoio da população a Maduro não passa de 10%. Os apagões, desde o início do mês passado, pioraram ainda mais a realidade e a qualidade de vida do povo. 'No primeiro blecaute, ficamos 100 horas sem luz. No segundo, três dias. No terceiro, foram doze horas. O quarto e o quinto duraram nove horas cada', diz Fabiola Solis Caballero, de 53 anos, que vive em Santa Paula, bairro de classe média em Caracas, em depoimento ao jornalista Duda Teixeira, da Cruzoé.

Sem eletricidade, as prefeituras e os prédios não conseguem bombear água para os quarteirões e andares mais altos. Cozinhar ou tomar banho ficou quase impraticável. Em diversos bairros do país, incluindo os mais chavistas, pessoas saíram com baldes de plástico às ruas, para protestar contra a falta de água e de luz. A maioria das manifestações foi reprimida a bala por paramilitares armados, os coletivos. Em quatro dias, 47 pessoas foram presas.

Essa situação dramática está atraindo cada vez mais a atenção dos dirigentes dos Estados Unidos, de países do Ocidente Europeu e de todos os vizinhos da América do Sul, além do Secretário-geral da Organização das Nações Unidas que, juntos, pedem a saída imediata de Maduro da chefia do Governo.

O povo venezuelano, em especial, e o mundo estão aterrorizados com o massacre psicológico com o qual estão sendo bombardeados os que ainda conseguem viver na Venezuela.

O presidente Jair Bolsonaro, no Twitter, tem escrito que o Brasil está ao lado do povo da Venezuela, do presidente Juan Guaidó e da liberdade dos venezuelanos. O Brasil se solidariza com o sofrido povo venezuelano escravizado por um ditador. Apoiamos a liberdade dessa nação-irmã para que, finalmente, viva uma verdadeira democracia".

E com apreensão estão todos os países que vivem em um regime democrático, que zelam pela paz entre as nações e os povos e que desejam progresso e desenvolvimento ao planeta. A Venezuela como se apresenta, atualmente, se mostra um ponto fora da curva do mundo moderno.

❑ ***Paulo Alonso***
Jornalista, dirigente universitário.

Acurcio Rodrigues de Oliveira (em memória)
Diretor-Presidente

Marcos Costa de Oliveira
Diretor de Redação

Monitor mercantil
Empresa jornalística fundada em 1912

Administração/Redação/Oficinas
Rua Marcílio Dias, 26 - CEP 20221-280
Telefone: (21) 3849-6444

Monitor Mercantil digital
www.monitormercantil.com.br

Correio eletrônico
Redação:
redacao@monitormercantil.com.br
Negócios e Empresas
empresas@monitormercantil.com.br
Monitor Financeiro:
monitorfinanceiro@monitormercantil.com.br
Pautas:
pautas@monitormercantil.com.br
Cartas:
cartas@monitormercantil.com.br
Publicidade:
publicidade@monitor.inf.br
Gráfica:
grafica@monitormercantil.com.br

São Paulo
Administração/Redação/Comercial
Avenida São Gabriel, 149/902
Itaim - CEP 01435-001
Telefones: (11) 3165-6192
(11) 3165-6233 / 3165-6252
Fax: (11) 3168-6817
Correio eletrônico: monitor.interpress@hipernetelecom.com.br

Brasília
Armazém de Comunicação
SCS – Ed. Denasa S/1301
Tel/Fax: 61-33213440
CEP: 70398-900
e-mail:armazem@armazemdecomunicacao.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Adhemar Mineiro
João Paulo de Almeida Magalhães
(em memória)

José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro
Theotonio dos Santos
(em memória)

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais Brasil

Assinatura: **assinatura@monitormercantil.com.br**

Assinatura trimestral	R$	99,00
Assinatura semestral	R$	198,00
Assinatura anual	R$	396,00
Avulso (RJ)	R$	1,50
Avulso (outros estados)	R$	1,80

Carga tributária aproximada de 14%

Distribuidor em Brasília: Mídia Distribuidora de Jornais Ltda.
ADE 28 Lote 11 Águas Clara
CEP: 71991-360 - Brasília - DF
Tel.: 55(61) 3204-0888 - Fax: 55(61) 3204-0801
midiadistribuidora@grupomidia.com.br / www.grupomidia.com.br

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal
Serviços noticiosos: Agência Brasil, Latino Americana

ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO
AMIGO DO RIO
www.embaixadoresdorio.com.br

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
e Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Guedes quer salvar economia ou ajudar o mercado novamente?

O desemprego e a estagnação da economia bateram fundo na popularidade do governo, o que levou o presidente Jair Bolsonaro a cobrar da equipe econômica um plano para dar algum ânimo ao país. O problema é que a equipe ultraliberal não sabe o que é produção e não consegue se livrar de seus dogmas.

O que foi ventilado até agora, em caráter de teste de audiência, parece mais um pacote para beneficiar a Bolsa de Valores. Uma das medidas seria permitir transformar créditos públicos (dinheiro que os governos devem a fornecedores) em recebíveis, títulos que poderiam ser negociados no mercado.

Acontece que, como o governo demora para pagar – e os cortes impostos por Guedes e cia. só agravam o calote – quem negociasse esses papéis iria querer um prêmio (desconto no valor do crédito) altíssimo. Só quem estivesse desesperado por dinheiro aceitaria. É só ver o que acontece no setor de precatórios, dívidas judiciais líquidas e certas, mas que os governos enrolam para pagar; o desconto, para pagamentos programados para o ano, não fica por menos de 30%.

Outra medida seria para alterar a política de preços mínimos no setor agropecuário. O governo compraria títulos no mercado de opções na Bolsa e entregaria aos produtores. Se o preço cair, o produtor agrícola poderia vender o título. Com corretagem para o mercado e taxas para a bolsa, claro.

Paciência do empresário se esvai

Pesquisa da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat) em março mostrava que nenhum empresário do setor tinha expectativa negativa em relação ao governo. O levantamento de abril apresentou um quadro completamente diferente: um em cada quatro industriais têm uma projeção negativa sobre as ações governamentais; 63% veem tais ações com indiferença; somente 12% das empresas ainda demonstraram otimismo para os próximos meses.

Pesou na mudança de ânimo o potencial bloqueio dos repasses ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) pela Caixa Econômica em junho. Apesar de tudo, a pesquisa ainda aponta que 83% dos associados da Abramat pretendem investir na linha de produção (modernização ou expansão) nos próximos 12 meses, a primeira vez que tal resposta atinge o patamar dos 80% desde setembro de 2012.

Que turista visitou o Rio na Páscoa?

Quase metade dos turistas que aproveitaram o feriado da Páscoa para visitar o Rio de Janeiro eram de São Paulo (48%); 27% vieram de Minas. O Airbnb já passou os apartamentos por temporada na preferência do vistante, com 27% contra 20%; hotel ainda é o meio de hospedagem mais escolhido, com 40%.

Os pontos positivos foram praias (30%), gastronomia (21%) e população anfitriã (17%). Os negativos: segurança (39%) e limpeza (26%). Oito em cada dez viajantes voltaria ao à capital do Rio.

A pesquisa feita pela Associação dos Embaixadores de Turismo do RJ e pela Fundação Cesgranrio, com o apoio do Portal Consultoria em Turismo, da Escola de Turismo Cieth e da Sergio Castro Imoveis, foi realizada de 18 a 21 de abril, com 700 turistas brasileiros, em dez bairros do Rio. A coordenação foi do professor Bayard Boiteux, diretor executivo do Instituto de Pesquisas e Estudos do Turismo do Rio de Janeiro.

Para Claudio Castro, que preside a Associação, a pesquisa é uma ferramenta para orientar as futuras campanhas de marketing e permitir aos órgãos competentes aprimorar aspectos que podem melhorar a percepção dos que visitam o Rio.

Baixo risco

Será que a imobiliária e a construtora da milícia da comunidade da Muzema, no Rio de Janeiro, estariam entre as empresas que não precisarão de alvará para funcionar, de acordo com a MP da Liberdade Econômica de Bolsonaro?

Rápidas

Privacidade na era digital e Lei de Proteção de Dados são alguns dos temas do 1º Seminário de Direito Digital do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), 9 e 10 de maio, no Centro do Rio. Inscrições em iabnacional.org.br/eventos *** No dia 21, o advogado José Roberto de Almeida, do escritório Di Blasi, Parente & Associados, vai moderar uma mesa redonda sobre Decisões Liminares em relação às marcas no INTA Annual Meeting, em Boston *** Neste domingo, a agricultura familiar terá mais uma edição da Feira Caxias Shopping *** Corrigindo: abril é verde (prevenção a acidentes de trabalho); maio é amarelo (segurança no trânsito); mas infelizmente o que não tem correção é o Brasil, que vai mal em ambos.

Comissão questiona cortes em universidades

Ministério da Educação decidiu cortar 30% do orçamento

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados poderá questionar o Ministério da Educação (MEC) sobre a decisão de cortar 30% do orçamento das universidades e dos institutos federais, anunciada nesta semana. A 1ª vice-presidente do colegiado, deputada Rose Modesto (PSDB-MS), disse que apresentará um requerimento com este objetivo, para esclarecer o motivo do corte, que representa R$ 2,4 bilhões.

Para Rose Modesto, em dinheiro da educação não se mexe. "É muito triste ver a educação regredir, porque nós estamos lutando é para que haja mais investimentos", afirmou. "O governo, quando não pode fazer tudo, tem que priorizar a educação. Se não for uma prioridade desse governo, ele não vai cumprir tudo aquilo que foi apresentado durante o período eleitoral".

Inicialmente, o bloqueio atingiu a Universidade de Brasília, a Federal Fluminense (UFF) e a Federal da Bahia (UFBA). Após receber críticas de que estaria perseguindo ideologicamente algumas instituições, o MEC estendeu o contingenciamento a todas as instituições de ensino superior federais.

Na imprensa e nas redes sociais, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu o corte de recursos das universidades que não apresentassem resultados acadêmicos esperados ou que estivessem promovendo "balbúrdia" no campus. O ministro também defendeu o investimento prioritário em educação infantil.

Em nota, no entanto, a pasta informou que "o critério utilizado para o bloqueio foi operacional, técnico e isonômico para todas as universidades e institutos, em decorrência da restrição orçamentária imposta a toda Administração Pública Federal por meio do Decreto 9.741, de 28 de março de 2019". O decreto bloqueou R$ 5,8 bilhões do total de R$ 23,6 bilhões inicialmente destinados pelo orçamento às despesas não obrigatórias do MEC.

O PSoL já entrou com ação na Procuradoria-Geral da República para apurar possível prática de improbidade administrativa do ministro Abraham Weintraub. A deputada Áurea Carolina (PSoL-MG) também apresentou à Câmara um projeto de decreto legislativo (PDL 215/19) para suspender os cortes.

Na defesa do meio ambiente

Senador: governo extrapolou ao alterar processos da Lei de Crimes Ambientais

Projeto para sustar os efeitos do decreto do presidente Jair Bolsonaro, que flexibilizou multas ambientais tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda a designação de relator. O Decreto 9.760, de 2019, estabelece que os órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) são obrigados a estimular a conciliação nos casos de infrações administrativas por danos ambientais e seguir um rito estabelecido para encerrar os processos.

Para o senador Fabiano Contarato (Rede-ES), autor do projeto (PDL 202/2019) que suspende a validade do decreto, as inovações apresentadas no decreto presidencial somente poderiam ser implementadas por força de lei, já que, além de ter criado o Núcleo de Conciliação Ambiental, alterou ritos e prazos processuais previstos na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998).

No entendimento de Contarato o Executivo extrapolou seu poder regulamentar, "inovou no ordenamento jurídico e exerceu função típica do legislador" ao criar um órgão com a possibilidade de promover audiências de conciliação para encerrar o processo se o infrator aderir ao programa de conversão de multas em serviços ambientais. "O Núcleo criado passará a analisar previamente as infrações e, antes mesmo de qualquer defesa do autuado, poderá, em juízo igualmente subjetivo, anular a multa aplicada, ajustá-la ou confirmá-la", ressaltou.

O senador também destaca que, pelo decreto presidencial, caso o processo decorrente da autuação seja mantido, os descontos das multas ambientais podem chegar a 60%. Caberá ao Núcleo de Conciliação explicar ao autuado as razões que motivaram a aplicação da multa e apresentar as soluções possíveis para encerrar o processo: além de descontos para o pagamento a partir de 40% dependendo da instância do julgamento, o parcelamento e a conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Entre os serviços ambientais estão previstos para conversão da multa os projetos de saneamento básico, a garantia de sobrevivência de espécies da flora nativa e da fauna silvestre ou a implantação, gestão e monitoramento de unidades de conservação.

EUA: petróleo do Irã sem isenções

Os Estados Unidos (EUA) acabaram, nesta quinta-feira, com as isenções que permitiam que países, incluindo o Japão, importassem petróleo do Irã sem sofrer com sanções norte-americanas. Em novembro de 2018, o governo do presidente Donald Trump proibiu países de importarem petróleo iraniano, depois que Washington se retirou do acordo de 2015, que suspendeu sanções contra Teerã em troca da limitação de sua capacidade nuclear. No entanto, o lado americano concedeu isenções a sete países e um território por 180 dias até esta quarta-feira (1). No mês passado, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, tinha anunciado que seu país não abriria mais nenhuma exceção além da data limite.

O governo de Trump tem exortado países a suspenderem totalmente as importações de petróleo iraniano, afirmando que suas sanções terão como alvo empresas que comprarem o produto de Teerã. O Japão já suspendeu as importações do Irã. Contudo, China e Turquia discordam da medida dos Estados Unidos e não devem parar de comprar petróleo do Irã imediatamente.

Esclarecimento do ex-presidente da Apex

A crise na administração da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) motivou dois senadores a convidar o embaixador Mario Vilalva, ex-presidente da agência, a prestar esclarecimentos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Em seu requerimento de convite a Vilalva, o senador Jaques Wagner (PT-BA) ressalta que, em menos de três meses, a Apex teve dois presidentes, o que pode afetar o cumprimento da missão institucional da entidade. A agência se destina a valorizar os produtos e serviços brasileiros no exterior e estimular a competitividade das empresas nacionais através de várias ações de apoio. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também apresentou à CRE requerimento para convite a Mario Vilalva. Os dois requerimentos serão votados na reunião da CRE agendada para esta quinta-feira.

Maia e Calheiros: inquéritos arquivados

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou um inquérito da Lava Jato que tinha como alvo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e também o senador Renan Calheiros (MDB-AL). O inquérito havia sido aberto com base na delação premiada de ex-executivos da empresa Odebrecht, que relataram o pagamento de R$ 7 milhões em propina a diversos políticos na Câmara e no Senado para a aprovação, em 2013, de medidas provisórias em benefício da companhia e de suas subsidiárias.

Na parte que se refere a Maia e Calheiros, a Procuradoria-Geral da República (PGR) disse que as investigações não encontraram indícios suficientes para justificar o prosseguimento do caso, motivo pelo qual deveria ser arquivado. Ante a solicitação de arquivamento feita pela PGR, Fachin destacou ser "obrigatório o deferimento do pedido, independentemente da análise das razões invocadas", embora tenha ressalvado que o inquérito poderá ser reaberto "caso surjam novas evidências".

REQUERIMENTO DE LICENÇA

JAFFÉ ARTIGOS PARA PROPAGANDA LTDA, CNPJ 33.475.914/0003-20, torna público que requereu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAC, através do processo 14/201.777/2009, a Renovação de sua Licença Ambiental Municipal para desenvolver atividades de Artefatos de: Material Plástico – Ind. Metal – Ind. Madeira – Ind. Arame – Ind. Ferro e Aço e Painéis e Letreiros – Fab. A empresa está localizada na Rua Matinoré, nº 88 A – Parte – Jacaré – RJ.

HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A
CNPJ/MF 11.421.994/0001-36

Convocação AGE: Convidamos aos Acionistas a comparecer à AGE, a ser realizada às 10hs do dia 10/05/19, na sede da Cia., na Rua Joaquim Palhares, 40, 1º andar, Cidade Nova/ RJ, para deliberar sobre o seguinte: **Ordem do Dia:** Renúncia, Nomeação e eleição dos membros do Conselho de Administração. Documentos oriundos destas transações estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia. RJ, 30/04/19. **Ismar Machado Assaly -** Presidente

QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL
EDITAL DE CITAÇÃO

Com o prazo de vinte dias O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Fernanda Galliza do Amaral - Juiz Titular do Cartório da 4ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Erasmo Braga, 115 sala 217 E 219 A CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 2588-2391 e-mail: cap04vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Comum - Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício, de nº 0017550-78.2015.8.19.0001, movida por CONDOMINIO DO EDIFICIO IRAPUAN em face de ESPÓLIO DE MÁRIO DE ALMEIDA GALVÃO; ESPÓLIO DE LENY MARIA BERNARDES GALVÃO, objetivando CITAÇÃO. Assim, pelo presente edital CITA o réu ESPÓLIO DE MÁRIO DE ALMEIDA GALVÃO; ESPÓLIO DE LE NY MARIA BERNARDES GALVÃO, que se encontram em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecerem contestação ao pedido inicial, querendo, ficando cientes de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC) , caso não ofereçam contestação, e de que, permanecendo revéis, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, dezessete de abril de dois mil e dezenove. Eu, _ Luiz Carlos de Mello Santos - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/31235, digitei. E eu, _ Rafael Leão Pereira Gomes - Chefe de Serventia - Matr. 01/32239, o subscrevo. 0266

DÉCIMA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL
EDITAL DE CITAÇÃO com prazo de vinte dias.

A MM Juíza de Direito, Dra. Ana Lucia Vieira do Carmo - Juíza Titular do Cartório da 19ª Vara Cível da Comarca da Capital , RJ , FAZ SABER aos que o presente edital , virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo , que funciona à Av. Erasmo Braga , 115, L I 2º andar , sala 209, 211, 213 CEP: 20210-030- Centro - Rio de Janeiro - RJ , TEL: 3133-2273, e-mail: cap19vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/ Assunto Procedimento comum - Despesas Condominiais/ Condomínio em Edifício , processo de N. 0183886-04.2017.8.19.0001, movida por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO DONA MARIANA , inscrito no CNPJ n.68.809.383.0001-87 ,em face de JULIA PINHEIRO CARDOSO , objetivando a citação da Ré, JULIA PINHEIRO CARDOSO, CPF. 729.279.177-87, para querendo oferecer sua resposta no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de serem havidos verdadeiros os fatos narrados na petição inicial . Assim pelo presente edital CITA a Ré JULIA PINHEIRO CARDOSO, que se encontra em lugar incerto e desconhecido , para, no prazo de 15 (quinze) dias oferecer contestação ao pedido inicial , querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos com verdadeiros os fatos alegados (art.344, CPC) , caso não ofereça contestação e, de que , permanecendo revel, será nomeado Curador Especial (art. 257,IV, CPC) Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 05 de abril de 2019. Eu Solange dos Santos Garcia, substituto do Escrivão, mat. 01.24.156, assino e subscrevo. 0265

JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.583.456/0001-33

Relatório da administração - **1. Mensagem da administração**: A administração da Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstraçãos financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia**: A Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de dezembro de 2006 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **3. Principais acontecimentos no exercício**: **(a) Receita Anual Permitida (RAP)** - A RAP da Companhia para o ciclo 2018-2019 foi de R$ 58.660 mil, um incremento de 2,8% quando comparada com a RAP para o ciclo 2017-2018 que foi de R$ 57.032 mil, decorrente do reajuste da inflação (IPCA). **(b) Disponibilidade da linha de transmissão** - A disponibilidade da linha de transmissão no exercício de 2018 foi de 95,71%, contra uma disponibilidade de 99,99% no exercício de 2017. **(c) Alteração nos acionistas controladores** - Em dezembro de 2018 ocorreu alteração na organização acionária da Companhia. A Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") que detinha 33% de participação adquiriu 33% pertencentes a Isolux Energia e Participações S.A ("Isolux") . Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018 a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") detinha 66% de participação na Companhia. **4. Governança corporativa**: As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria** - A Companhia é administrada por 3 (três) diretores. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia. **(b) Conselho fiscal** - O Conselho Fiscal, funciona de forma não permanente, é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos conselheiros, as atribuições e os poderes conferidos por lei. **5. Declaração da Diretoria**: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam as demonstrações financeiras da Companhia e com as opinões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de *(em milhares de Reais - R$)*

	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa		4.829	209
Títulos e valores mobiliários	8	8.460	6.794
Concessionárias e permissionárias	9	8.540	8.009
Ativo financeiro	10	-	54.302
Ativo de contrato	11	75.930	-
Impostos e contribuições a recuperar	12	4.919	4.067
Outros ativos		7.311	4.767
Total do ativo circulante		**109.989**	**78.148**
Ativo financeiro	10	-	522.192
Ativo de contrato	11	575.315	-
Títulos e valores mobiliários	8	8.731	8.305
Total do realizável a longo prazo		**584.046**	**530.497**
Imobilizado e Intangível		3.978	3.714
Total do imobilizado + intangível		**3.978**	**3.714**
Total do ativo não circulante		**588.024**	**534.211**
Total do ativo		**698.013**	**612.359**

		2018	2017
Fornecedores		752	1.338
Financiamentos	13	20.168	20.810
Debêntures	14	10.287	5.716
Impostos e contribuições a recolher	12	1.786	719
PIS e COFINS diferidos	15	7.024	5.023
Dividendos a pagar	18 (c)	11.854	8.525
Encargos setoriais		2.642	2.197
Outros passivos		1.554	3.225
Total do passivo circulante		**56.067**	**47.553**
Financiamentos	13	112.630	131.553
Debêntures	14	62.664	64.625
PIS e COFINS diferidos	15	53.217	48.303
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	58.502	24.062
Outros passivos		3.749	2.012
Total do passivo não circulante		**290.762**	**270.556**
Total dos passivos		**346.829**	**318.109**
Capital social	18 (a)	266.880	266.880
Reserva de lucros	18 (b)	84.304	27.370
Total do patrimônio líquido		**351.184**	**294.250**
Total do passivo e patrimônio líquido		**698.013**	**612.359**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Reservas de lucros - lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016		**266.880**	**1.757**	**25.037**		**-**	**293.674**
Lucro líquido do exercício		-	-	-		755	755
Reserva Legal		-	38	-		(38)	-
Dividendos minimos obrigatórios		-	-	-		(179)	(179)
Reserva de retenção de lucros		-	-	538	-	(538)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		**266.880**	**1.795**	**25.575**	**-**	**-**	**294.250**
Ajuste na aplicação inicial do CPC 47/IFRS 15	7	-	-	-	46.245	-	46.245
Saldo em 1° de janeiro de 2018		266.880	1.795	25.575	46.245	-	340.495
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.019	14.019
Reserva Legal		-	701	-	-	(701)	-
Dividendos minimos obrigatórios		-	-	-	-	(3.330)	(3.330)
Reserva de retenção de lucros		-	-	9.988	-	(9.988)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**266.880**	**2.496**	**35.563**	**46.245**	**-**	**351.184**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de *(em milhares de Reais)*

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	19	**52.269**	**72.205**
Pessoal		(4.114)	(3.860)
Material	20 (a)	(381)	(24.688)
Serviços de terceiros	20 (b)	(2.787)	(12.715)
Outros		(850)	(2.346)
Custos operacionais		**(8.132)**	**(43.609)**
Lucro bruto		**44.137**	**28.596**
Serviços de terceiros		(1.332)	(1.208)
Outros		(716)	(653)
Despesas operacionais		**(2.048)**	**(1.861)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**42.089**	**26.735**
Receitas financeiras		1.843	3.244
Despesas financeiras		(22.544)	(22.039)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	21	**(20.701)**	**(18.795)**
Resultado antes dos impostos		**21.388**	**7.940**
Corrente		(1.113)	(1.108)
Diferido	16	(6.256)	(6.078)
Imposto de renda e contribuição social	22	**(7.369)**	**(7.185)**
Lucro líquido do exercício		**14.019**	**755**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de *(em milhares de Reais)*

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	14.019	755
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**14.019**	**755**

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos
Exercício findo em 31 de dezembro de *(em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2018	2017
Lucro do exercício		14.019	755
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	6.256	6.982
- PIS e COFINS diferidos	15	670	-
- Variação Monetária		1.844	1.608
- Juros e correção monetária sobre financiamentos e debêntures		20.578	20.048
- Provisão para risco		-	760
- Ativo finaneiro - remuneração	19	-	(29.388)
- Ativo finaneiro - receita de construção		-	(37.159)
- Ativo de contrato - remuneração	19	(65.857)	-
		(22.490)	**(36.394)**
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(1.666)	16.729
- Concessionárias e permissionárias		(531)	(1.540)
- Ativo financeiro	10	-	48.588
- Ativo de contrato	11	73.111	-
- Impostos e contribuições a recuperar		(852)	5.084
- Outros ativos		(4.132)	669
- Fornecedores		(586)	(281)
- Impostos e contribuições a recolher		1.067	143
- Encargos setoriais		445	260
- Outros passivos		(1.523)	1.615
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**42.843**	**34.873**
Debêntures - pagamento de juros	14	(5.612)	(2.748)
Financiamentos - pagamento de juros	13	(11.530)	(12.917)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**25.701**	**19.208**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(426)	4.485
Imobilizado e intangível		(264)	(3.405)
Fluxo de caixa (utilizado nas) provenientes das atividades de investimento		**(690)**	**1.080**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos - pagamento de principal	13	(20.391)	(20.219)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		**(20.391)**	**(20.219)**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**4.620**	**70**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		209	138
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**4.829**	**209**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A Jaurú Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 3 de dezembro de 2006 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em dezembro de 2018 ocorreu alteração na organização acionária da Companhia. A Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") adquiriu a participação do acionista Isolux Energia e Participações S.A ("Isolux") . Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018 a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") é o acionista majoritário e possui o controle. **1.1 Contrato de concessão** - O contrato de concessão N° 001/2007 ("Contrato"), para o períodos de 30 anos, tem como objetivo: (i) instalações de transmissão em 230 KV, com origem na Subestação Samuel e término na Subestação Ariquemes, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 153 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Ariquemes e término na Subestação Ji-Paraná, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 164 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Ji-Paraná e término em Pimenta Bueno, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Pimenta Bueno e término na Subestação Vilhena, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 160 km; e pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Vilhena, no Estado de Rondônia e término em Jauru, no Estado de Mato Grosso, com circuito duplo e com extensão aproximada de 354 km; e (ii) entradas de linhas 230 KV na Subestação Samuel, 230 KV na Subestação Ariquemes por reatores de linha, 230 KV na Subestação Pimenta Bueno por reatores de linha, 230 KV na Subestação Vilhena por reatores de linha e 230 KV na Subestação Jauru por reatores de linha bem como as respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 20 de abril de 2007 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de abril de 2037. A Companhia entrou em operação comercial em maio de 2013. A partir de julho de 2024 (16° ano de operação comercial) a Companhia receberá 50% da receita anual permitida do 15º ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão. **1.2 Reforço** - Em 10 de novembro de 2015 a ANEEL autorizou a Companhia a realizar reforços na subestação Vilhena. O reforço ficou pronto em dezembro de 2017 e a RAP para o ciclo 2018-2019 foi de R$ 7.067. **1.3 Receita Anual Permitida** - A Resolução Homologatória nº 2.408, de 26 de junho de 2018, estabeleu a RAP da Companhia para o ciclo 2018-2019 em R$ 58.660 (R$ 57.032 para o ciclo 2017-2018). Um aumento aproximado de 2,8%, decorrente do reajuste da inflação (IPCA). **2 Base de preparação**: Declaração de conformidade As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 29 de abril de 2019. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Base de mensuração**: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **5 Uso de estimativas e julgamentos**: As preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 10 e 11, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **6 Principais políticas contábeis**: As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir. **6.1 Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: **(a) Ativos financeiros** - Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessinárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. **i. Classificação e mensuração subsequente (política aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018)** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. **ii. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros (política aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018)** - Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. **iii. Mensuração subsequente e ganhos e perdas (política aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018)** - **iv.1 Ativos financeiros ao VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. **iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado** - Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **iv.3 Instrumentos de dívida ao VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **iv. Política aplicável antes de 1° de janeiro de 2018** - A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como mantidos para negociação, instrumentos derivativos de *hedge* ou designado ao VJR). **v.1 Mensuração subsequente e ganhos e perdas** - A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como mantidos para negociação, instrumentos derivativos de *hedge* ou designado ao VJR). **v.1.1 Ativos financeiros ao VJR** - Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado. **v.1.2 Ativos financeiros financeiros mantidos até o vencimento** - Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **v.1.3 Empréstimos e recebíveis** - Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **v.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda** - Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado. **(b) Passivos financeiros** - Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **6.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.3 Ativo de contrato** - Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **6.4 Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido** - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Provisões** - As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **6.6 Provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa** - A Provisão, quando aplicável, para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa. A Companhia aplicou inicialmente o CPC48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Devido a imaterialidade do saldo, a Companhia não constituiu PPECLD para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **6.7 Receitas e despesas financeiras** - A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **7 Mudanças nas principais políticas contábeis**: **(a) CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente** - A Companhia adotou a CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47/IFRS 15 sobre a reserva de lucros a realizar em 1º de janeiro de 2018.

	Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1° de janeiro de 2018
Reserva de lucros a realizar	
Ativo de contrato	74.429
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.184)
	46.245

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC47/IFRS15 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

I. Impacto no balanço patrimonial		Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15
Em 31/12/2018				
Ativo financeiro	(a)	-	563.621	563.621
Ativo de contrato	(a)	651.245	(651.245)	-
Outros ativos		46.768	-	46.768
Total do ativo		**698.013**	**(87.624)**	**610.389**
PIS e COFINS diferidos	(a)	60.241	(8.106)	52.135
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	58.502	(31.011)	27.491
Outros passivos		228.086	-	228.086
Total do passivo		**346.829**	**(39.117)**	**307.712**
Capital social		266.880	-	266.880
Reserva de lucros	(a)	84.304	(48.507)	35.797
Total do patrimônio líquido		**351.184**	**(48.507)**	**302.677**

(a) Efeito dos ajustes decorrente do reconhecimento do CPC 47/IFRS 15 conforme descrito na nota explicativa 6.3.

JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.583.456/0001-33

II. Impacto na demonstração do resultado

		Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15
Receita operacional líquida	(a)	52.269	(5.822)	46.447
Custos e despesas operacionais		(10.180)	-	(10.180)
Receitas (despesas) financeiras		(20.701)	-	(20.701)
Imposto de renda e contribuição social	(a)	(7.369)	2.827	(4.542)
Lucro liquido do exercício		**14.019**	**(2.995)**	**11.024**

(a) Efeito dos ajustes decorrente do reconhecimento do CPC 47/IFRS 15 conforme descrito na nota explicativa 6.3. **(b) CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros** - A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas na conta reserva de lucros a realizar. **i. Classificação e mensuração - ativos e passivos financeiros** - O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Classificação original CPC 38/ IAS 39	Nova classificação CPC 48/ IFRS 9	Saldo em 1º de janeiro de 2018
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	209
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	15.099
Concessionárias e permissionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	8.009
Ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis	-	-
Ativo de contrato	-	Custo amortizado	576.494
			599.811
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	1.338
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	64.625
Financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	152.363
			218.326

A partir de de 1º de janeiro de 2018, os recebíveis da Companhia passaram a ser classificados como ativo de contrato, sob o escopo do CPC 47/IFRS 15. **ii. Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais** - O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas (quando aplicáveis) são mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas são calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. Além disso, quando aplicável, são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. A Companhia não reconhece provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. **(c) Outras alterações** - As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas e interpretações técnicas
Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
Alterações ao IFRS 4 (Insurance Contracts) para adequação à aplicação da IFRS 9 (Financial Instruments).
Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

(d) Novas normas e interpretações ainda não efetivas - Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas e interpretações técnicas	Vigente a partir de 01/01/2019	Vigente a partir de 01/01/2020
CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos.	•	
IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.	•	
Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).	•	
Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.	•	
Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.		•

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação do CPC 06 (R2). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Títulos e valores mobiliários: **i. Circulante**

		2018	2017
CDB	(a)	3.288	3.411
Fundo de investimento	(b)	5.172	3.383
		8.460	**6.794**

As aplicações financeiras foram proporcionadas pela geração de caixa da Companhia. (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 97,2% (98% em 2017) do DI com vencimento entre outubro e dezembro de 2019. (b) Fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dvidida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento.

ii. Não circulante

	2018	2017
Fundo de investimento	**8.731**	**8.305**

Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.

9 Concessionárias e permissionárias

	2018	2017
A vencer	6.577	6.822
Até 3 meses	52	23
De 3 a 6 meses	18	14
De 6 a 12 meses	705	-
Acima de 12 meses	1.188	1.150
	8.540	**8.009**

10 Ativo financeiro

2017	Remuneração do ativo financeiro	Recebimento	Transferência para ativo de contrato (a)	2018
576.494	-	-	(576.494)	-
2016	**Remuneração do ativo financeiro**	**Recebimento**	**Receita de Construção**	**2017**
558.536	29.388	(48.589)	37.159	576.494

	2018	2017
Circulante	-	54.302
Não Circulante	-	522.192
	-	**576.494**

(a) Conforme descrito na nota explicativa 7, a partir de 1º/01/2018 os valores que eram reconhecidos como ativo financeiro agora são reconhecidos como ativo de contrato.

11 Ativo de contrato

2017	Transferência do ativo financeiro	Impacto da adoção CPC 47/IFRS 15 (a)	Remuneração do ativo de contrato	Recebimentos	2018
-	576.494	82.005	65.857	(73.111)	651.245

	2018	2017
Circulante	75.930	-
Não circulante	575.315	-
	651.245	**-**

(a) Conforme descrito na nota explicativa 7, a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. O impacto da adoção dessa nova norma impactou positivamente o ativo de contrato em contra partida a conta de Reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram identificados indicativos internos ou externos que pudessem gerar dúvidas que o ativo de contrato possa estar registrado por valor acima ao de sua recuperação.

12 Impostos e contribuições a recuperar

	2018	2017
Imposto de renda	3.950	796
Contribuição social	579	461
Outros	390	2.810
	4.919	**4.067**

13 Financiamentos

2017	Juros e correção monetária	Amortização principal	Amortização juros	2018
152.363	12.356	(20.391)	(11.530)	132.798
2016	**Juros e correção monetária**	**Amortização principal**	**Amortização juros**	**2017**
171.033	14.466	(20.219)	(12.917)	152.363

	2018	2017
Circulante	20.168	20.810
Não circulante	112.630	131.553
	132.798	**152.363**

A Companhia possui contratos de financiamento com o BNDES e ambos são destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1 e aos investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O contrato firmado em 23 de dezembro de 2009 possui o valor total do financiamento em R$ 107.000 dividido em 3 (três) subcréditos: i. Subcrédito A no valor de R$ 86.285 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,32% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de abril de 2024. ii. Subcrédito B no valor de R$ 17.715 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 4,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de outubro de 2019. iii. Subcrédito C no valor de R$ 3.000 destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidem a TJLP calculado no ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de novembro de 2015. O contrato firmado em 26 de dezembro de 2012 possui o valor total do financiamento em R$ 152.800 dividido em 3 (três) subcréditos: iv. Subcrédito D no valor de R$ 138.300 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,58% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de junho de 2027. v. Subcrédito E no valor de R$ 13.200 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de dezembro de 2022. vi. Subcrédito F no valor de R$ 1.300 destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidem a TJLP calculado no ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de junho de 2027. O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2018	2017
Em 2019	-	20.810
Em 2020	20.168	20.810
Em 2021	20.168	20.810
Em 2022	20.168	20.810
Em 2023	20.168	20.810
A partir de 2024	31.958	27.503
	112.630	**131.553**

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

14 Debêntures

2017	Juros e correção monetária	Amortização principal	Amortização juros	2018
70.341	8.222	-	(5.612)	72.951
2016	**Juros**	**Amortização principal**	**Amortização juros**	**2017**
65.897	7.192	-	(2.748)	70.341

	2018	2017
Circulante	10.287	5.716
Não circulante	62.664	64.625
	72.951	**70.341**

A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de junho de 2013 destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total captado foi de R$ 39.000. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 8% ao ano. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento dos juros remuneratórios será realizado no dia 15 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento em 15 de dezembro de 2030. Em 24 de outubro de 2013, a Companhia celebrou instrumento particular de Escritura da 2ª emissão pública de debêntures no valor total de até R$ 39.000 em debêntures simples e não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R$ 250 com emissão de 156 debêntures com data de emissão em 15 de junho de 2013. Os encargos financeiros são IPCA acrescido de 8% ao ano. O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2018	2017
Em 2019		10.287
Em 2020	10.287	10.287
Em 2021	10.287	10.287
Em 2022	10.287	10.287
Em 2023	10.287	10.287
A partir de 2024	21.516	18.906
	62.664	**70.341**

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures foram cumpridas pela Companhia. **15 PIS e COFINS diferidos**: Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato (ativo financeiro até 31 de dezembro de 2017) e são registrados contabilmente pela Companhia.

2017	Impacto da adoção CPC 47/IFRS 15 (a)	Constituição	2018
53.326	7.585	(670)	60.241
2016	**Reversão**	**Constituição**	**2017**
52.422	904	-	53.326

	2018	2017
Circulante	7.024	5.023
Não circulante	53.217	48.303
	60.241	**53.326**

(a) Conforme descrito na nota explicativa 7.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

2017	Impacto da adoção CPC 47/IFRS 15 (a)	Despesa	2018
24.062	28.184	6.256	58.502
2016	**Benefício**	**Despesa**	**2017**
17.984	-	6.078	24.062

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e são reconhecidos sobre os ajustes relacionados a contabilização do ativo de contrato (ativo financeiro até 31 de dezembro de 2017). **17 Passivos contingentes**: A Companhia possui ações judiciais, em sua maioria compostas por indenizações por dano moral, acidente de trabalho, horas extras, remuneração, periculosidade e ações fiscais, cujo prognóstico de perda foi definido como provável, pelos consultores jurídicos, e para a qual a Companhia manteve provisão no montante de R$574 no exercício (R$ 2.012 em 2017). Durante a fase de construção, a Companhia foi autora de ações cíveis que tramitam em juízo correspondem às questões relativas à definição do valor das indenizações dos direitos de passagem aos proprietários de terras. Os valores envolvidos, em sua maioria, foram depositados em juízo e reconhecidos como custo de construção na época. **18 Patrimônio líquido**: **(a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 266.880 dividido em 266.880.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R$1,00 cada, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	Quantidade de ações	
	2018	2017
Celeo Redes Brasil S.A.	177.920.000	88.960.000
Lintran do Brasil Participações S.A.	88.960.000	88.960.000
Isolux Energia e Participações S.A.	-	88.960.000
	266.880.000	**266.880.000**

Em dezembro de 2018 ocorreu alteração na organização acionária da Companhia. A Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") que detinha 33% de participação adquiriu 33% pertencentes a Isolux Energia e Participações S.A ("Isolux") . Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018 a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") detinha 66% de participação na Companhia. **(b) Reserva de lucros** - **i. Reserva legal** - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. **ii. Reserva de retenção de lucros** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. **iii. Reserva de lucros a realizar** - Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47/IFR 15 conforme descrito na nota explicativa 7. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios** - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

19 Receita operacional líquida

		2018	2017
Ativo financeiro - remuneração		-	29.388
Ativo de contrato - remuneração	(a)	65.857	-
Ativo financeiro - receita de construção		-	37.159
Ativo financeiro - O&M		-	15.075
Ativo de contrato - O&M	(a)	12.788	-
Perda na RAP	(b)	(14.500)	-
Parcela variável	(c)	(3.515)	(186)
Receita bruta		**60.630**	**81.436**
PIS e COFINS correntes		(6.457)	(5.872)
Pis e COFINS diferidos		671	(904)
Encargos setoriais		(2.575)	(2.456)
Deduções da receita		**(8.361)**	**(9.231)**
		52.269	**72.205**

(a) Conforme descrito na nota explicativa 7. (b) Com a adoção do CPC 47/IFRS15, toda diferença entre a RAP projetada e a RAP realizada é reconhecida no resultado, independentemente se for ganho ou perda. (c) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em: (i) não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente; e (ii) em programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. **20 Custos operacionais**: **(a) Materiais** - O saldo maior em 2017 era representado pelos custos relacionados ao reforço conforme nota explicativa 1. **(b) Serviços de terceiros** - Nesta conta são registrados substancialmente os custos com operação e manutenção das instalações de transmissão. Durante o exercício de 2018 a Companhia incorreu em custos totais de R$ 1.633 (R$ 1.450 em 31 de dezembro de 2017), referente ao contrato firmados com a Celeo Redes do Brasil S.A. para a prestação de serviços de operação e manutenção da suas intalações de transmissão conforme divulgado na nota explicativa 1.1. Os outros custos de 2017 são relacionados ao reforço explicado na nota explicativa 1.

21 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2018	2017
Rendimento de aplicação financeira	819	3.222
Outras receitas	1.024	22
Receitas financeiras	**1.843**	**3.244**
Juros do financiamento	(20.578)	(20.047)
Variação monetária do financiamento	(1.844)	(1.608)
Outras despesas	(122)	(384)
Deduções da receita	**(22.544)**	**(22.039)**
	(20.701)	**(18.795)**

22 Imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Resultado antes dos impostos	**21.388**	**7.940**
(Despesa) benefício de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(7.272)	(2.700)
(Adições) exclusões	(97)	(4.486)
(Despesa) benefício de IR e CS à alíquota efetiva	**(7.369)**	**(7.185)**
Alíquota efetiva	34%	-

23 Transações com partes relacionadas: **(a) Transações comerciais**

		Receita		Despesa	
		2018	2017	2018	2017
Celeo Redes Brasil S.A.	(i)	-	-	2.441	2.183

i. Refere-se aos contratos com a Celeo para os serviços de: ii. 1 Operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia, assinado em 14 de dezembro de 2018 e com vigência de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes. O valor original do contrato foi de R$ 140 mensal, podendo ser revisado caso haja alteração no escopo ou em havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais. ii.2 Contrato para prestação de serviços administrativos, assinado em 22 de abril de 2018 e com vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes. O valor inicial do contrato foi de R$ 136 ao mês, já sendo compreendidos todos os custos e despesas diretas ou indiretas relacionadas aos serviços, especialmente tributos e encargos. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais. **24 Gestão de riscos financeiros**: **(a) Considerações gerais e políticas** - A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros** - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

			Cenários		
	2018	Risco	(i)	(ii)	(iii)
Títulos e valores mobiliários	17.191	Redução do CDI	1.117	838	559
Debêntures	72.951	Alta do CDI	4.742	3.556	2.371

* fonte: relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2018 publicado no *site* do Banco Central (www.bcb.gov.br). O CDI para o cenário provável (6,5%) foi considerado da Mediana - TOP 5 média prazo para o ano de 2019. **(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros** - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **25 Cobertura de seguros**: A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados. Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 96.278 para danos materiais e R$ 20.692 para responsabilidade civil.

Francisco Antonio Chica Padilla - Diretor
Alfonso Brunner Beamud - Diretor
Bruno Marcell S. M. Melo - Contador - CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Jauru Transmissora de Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Jauru Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Jauru Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria** - Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes -** Veja as Notas 6.3 e 11 das demonstrações financeiras - **Principal assunto de auditoria -** O reconhecimento do ativo concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância

JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.583.456/0001-33

dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; ii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato; e iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade Contador CRC RJ-086312/O-6

Caminhão no pregão de Pedro Almeida

Veículos e sucatas

A Prefeitura Municipal de Campo dos Goytacazes (RJ) anunciou para esta semana a venda dos veículos apreendidos e acautelados sob sua responsabilidade, pelo leiloeiro Pedro Almeida que receberá na próxima terça-feira (7) às 13h os últimos lances para bater seu martelo. A visitação estará aberta nesta sexta e na segunda-feira (3 e 6) das 9h às 12h e das 13h às 16h, além do dia do pregão (7) das 8h às 12h na Rua Coronel Ponciano Azeredo Furtado, 47 Centro, Campos dos Goytacazes.

São caminhões Ford Cargo, F14000, MB1113, MB710; utilitários Master, Jumper, Sprinter, Trafic; Volkswagen Gol, Kombi, SpaceFox, Bora, Saveiro; Ford/Courier, Fiat/Palio, VW/, F250, Ford/Ranger, etc. O catálogo pode ser consultado online no website do leiloeiro (www.pedroalmeidaleiloeiro.com.br) e em seu escritório na Rua Uranos, 1063/214 Ramos (RJ).

Apartamento em Jacarepaguá com Rodrigo Portella

Lances em imóveis

Trabalhando com leilões judiciais e extrajudiciais, Rodrigo Lopes Portella, leiloeiro, tem sua agenda sempre atualizada em seu website www.portellaleiloes.com.br, e o mês de maio já tem diversos imóveis listados, como os desta segunda-feira (6), com horários determinados, sendo às 13h um terreno em primeira hasta, o Lote 15 Quadra 05 do Loteamento Granjas Nossa Senhora da Conceição, em Itaboraí (RJ) com base de R$ 62.317,01; em segunda hasta, às 13h15, será oferecido um galpão localizado na Rua Pirauá, 820 Lote 12 Quadra 125, Santa Margarida, Campo Grande (RJ), em base reduzida para R$ 77.896,26; às 13h45 será o da Rua Goiás, 914, apartamento 201, em Quintino, com lance em primeiro pregão inicial de R$ 362.618,07; em segundo pregão, às 14h, também está um imóvel no Flamengo (RJ), na Rua Samuel Morse, 12, apartamento 201, com lance inicial de R$ 893.210,48.

Terça e quarta-feira (7 e 8) estão repletas para Rodrigo Portella, terça com seis imóveis, em horários distribuídos das 13 até as 15h, sendo três na região de Jacarepaguá, uma sala e dois apartamentos; um em Cachambi; outro no Leme de frente para Avenida Atlântica; outro na Glória (RJ) – e a quarta-feira travessando o Ponte Rio-Niterói, tem um apartamento em Icaraí e outro no Bairro Vermelho. Esclarecer outras dúvidas podem se dirigir ao seu escritório na Avenida Nilo Peçanha, 12 grupo 810, Castelo (RJ) para esclarecer as dúvidas que ainda permaneçam com seus clientes.

Terreno em Saquarema com Jonas Rymer

Terreno em Saquarema e outros

Jonas Rymer, leiloeiro com larga experiência no mercado de leilões de imóveis, venderá na sexta-feira da próxima semana (10), às 14h, em primeira hasta pública, o terreno com 208.253,00m² localizado na Barreira, em Saquarema – com lance inicial R$ 429.769,56 no Átrio do Fórum da Comarca de Saquarema, na Rua Roberto Silveira, s/n, Centro de Saquarema (RJ).

Além desta oferta, Rymer tem outros imóveis interessantes, que já constam na agenda, com todos os detalhes. A segunda-feira (6), marcados três imóveis – às 12h tem a sala 431, na Avenida das Américas, 18.500, Recreio dos Bandeirantes com 24m², que está vazia e avaliação inicial de R$ 97.144,78; às 14h30 serão vendidos dois apartamentos, um na Rua Santana, 73, apartamento 407, de 32m², no Centro (RJ), com lance inicial de R$ 227.898,61; e o apartamento 405 do bloco 2, na Rua Bernardo de Vasconcelos, 1493, Realengo (RJ) com 50m² e R$ 41.063,00 para iniciar os lances.

Na terça-feira (7), às 12h, serão dois imóveis em Niterói (RJ), uma na Rua Geraldo Martins, 37, apartamento 301, com lance inicial de R$ 428.914,78, e o apartamento 504 da Rua Américo Wanick, 94, iniciando por R$ 170 mil. Informações no website www.rymerleiloes.com.br e na Avenida Erasmo Braga, 227 grupos 1.110 e 1.111, Centro (RJ).

Leiloeiros no Rio de Janeiro

www.alanleiloeiro.lel.br, www.albertolopesleiloeiro.com.br, www.alexandroleiloeiro.com.br, www.alexandrecostaleiloes.com.br, www.anamelloleiloeira.com.br, www.andreadiniz.com.br, www.andrealeiloeira.lel.br, www.antonioferreira.lel.br, www.brameleiloes.com.br, www.brbid.com, www.carlucioleite.com.br, www.centurysarteeleiloes.com.br, www.conradoleiloeiro.com.br, www.cristinagoston.com.br, www.dennisleiloeiro.com.br, www.depaulaonline.com.br, www.edgarcarvalholeiloeiro.com.br , www.ernanileiloeiro.com.br, www.evandrocarneiroleiloes.com, www.fabianoayuppleiloeiro.com.br, www.fabioleiloes.com.br, www.fernandopretoleiloeiro.com.br, www.gustavoleiloeiro.lel.br, www.robertohaddad.com.br, www.jfleiloeira.com.br, www.joaoemilio.com.br, www.rymerleiloes.com.br, www.lilileiloeira.com.br, www.levyleiloeiro.com.br, www.luizsergiopereira.lel.br, www.machadoleiloes.com.br, www.maiconleiloeiro.com.br, www.marcellacalsleiloeira.com.br, www.marciopinho.com.br, www.marcoscostaleiloeiro.com, www.marioricart.lel.br, www.mozartleiloeiro.com.br, www.murilochaves.com.br, www.nelsonleiloeiro.com.br, www.niltondanni.lel.br, www.paivaribeiroleiloes.com.br, www.portellaleiloes.com.br, http://paulobotelholeiloeiro.lel.br, www.paulocade.com.br, www.pedroalmeidaleiloeiro.com.br, http://raulbarbosa.lel.br, www.rjleiloes.com.br, www.rodrigoadrianoleiloes.com.br, www.rodrigocostaleiloeiro.com.br , www.rioleiloes.com.br, www.rogeriomenezes.com.br, www.schulmannleiloes.com.br, www.sergiorepresasleiloes.com.br, http://leiloeirasilvani.com.br, www.sold.com.br, www.superbid.net, www.tavaresleiloes.com.br, linkedin.com/in/thais-alexandre-388514123 , www.thaisqueirozleiloeira.com.br, www.valdirteixeiraleiloeiro.com.br, www.valmirmatos.lel.br, www.leiloesjudiciais.com.br, www.zukerman.com.br

Mercado de condomínios logísticos melhora na Região Sul

O mercado de condomínios logísticos na Região Sul fechou 2018 com uma expressiva melhora na absorção líquida – saldo da diferença entre áreas locadas e áreas devolvidas. De acordo com relatório da Colliers Internacional Brasil, foram 198.180 mil m² de absorção líquida no acumulado de 2018, ante um número de de 50.251 mil m² se comparado com o mesmo período de 2017. No total, o Sul fechou 2018 19% do volume nacional, um aumento de quase 300% em relação ao acumulado de 2017.

O estado com maior absorção líquida foi o Paraná (167 mil m²), seguido de Santa Catarina (16 mil m²) e Rio Grande do Sul (13 mil m²). O estudo aponta ainda que a taxa de vacância no Sul está em constante diminuição, sendo de 8% no final de 2018 ante 26% no mesmo período de 2017.

Com relação aos preços, o relatório mostra que o valor médio pedido no mercado de galpões de alto padrão apresentou alta e encerrou 2018 em R$19,5/m², sendo que em 2017 foi de R$18/m².

Líder do Sul, a Capital Realty atesta os bons números com seus resultados em 2018. No Paraná, no período de 2018, a empresa fechou quatro novos contratos no Mega Curitiba e locou cerca de 13.170 m².

O complexo Mega Itajaí, em Santa Catarina, já opera com 100% de ocupação, com 52 mil m² e a Capital Realty já iniciou a ampliação no ano passado. Serão mais 30 mil m², totalizando cerca de 82 mil m² no condomínio já existente.

Para esta ampliação, a ser entregue ainda em 2019, o investimento será de aproximadamente R$ 60 milhões. A expansão é mais do que bem-vinda, já que o mercado de Itajaí necessita de mais condomínios de classe A como o Mega. O complexo é centro de apoio para exportações de carga congelada e também de importações de carga seca, além de atender redes varejistas que abastecem Santa Catarina e outros estados brasileiros. De Itajaí, os produtos são distribuídos para todo o Brasil, utilizando a malha rodoviária do país.

Cenário parecido também vive o Mega Esteio, no Rio Grande do Sul. Em 2018 foram três novos contratos, totalizando aproximadamente 19.129 mil m² de área locada por empresas de diversos segmentos.

A Capital Realty também finalizou a primeira fase de terraplanagem de um novo condomínio logístico em Canoas. Ao todo serão até 160 mil metros quadrados de área construída e será o maior condomínio logístico da Região Sul.

De acordo com Rodrigo Demeterco, presidente da Capital Realty, os bons números comprovam a tendência de um ciclo mais promissor. "Assim como esperado, o mercado está em recuperação e a tendência é que tenhamos um ano melhor em 2019. Depois de um período recessivo na economia brasileira, a Capital Realty está retomando os investimentos", diz.

A conclusão do relatório da Colliers mostra que houve redução da oferta e diminuição ou estabilidade da vacância na maioria dos estados. O mercado esteve mais disciplinado, com menos entregas de novos empreendimentos. Segundo o relatório, o mercado deve passar a negociar com menos concessões antes de um aumento real de preço. Até o final deste ano, o mercado deve ter uma redução da vacância em 15%.

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 33.228.024/0001-51 - NIRE: 33300031359

AVISO AOS ACIONISTAS - PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A Administração da **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.** comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R$ 4.337.632,11 (quatro milhões, trezentos e trinta e sete mil, seiscentos e trinta e dois reais e onze centavos), que corresponde a R$ 0,11296 por ação ON e R$ 0,12426 por ação PN, e R$ 2.943.019,57 (dois milhões novecentos e quarenta e três mil, dezenove reais e cinquenta e sete centavos) de dividendo adicional, com base em lucros de exercícios anteriores, que corresponde a R$ 0,07664 por ação ON e R$ 0,08431 por ação PN, perfazendo o total de R$ 7.280.651,68 (sete milhões, duzentos e oitenta mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos), assim distribuídos: R$ 0,18960 por ação ON e R$ 0,20857 por ação PN. Os dividendos serão pagos em moeda corrente nacional e em uma única parcela, a partir do dia 20 de maio de 2019. Farão jus aos dividendos os detentores de ações da Companhia em 30 de abril de 2019. **Instruções quanto ao crédito do pagamento**: 1. Os acionistas terão seus pagamentos disponibilizados de acordo com o domicílio bancário cadastrado junto ao Banco Bradesco S/A, a partir da data de início da distribuição destes direitos. 2. Para os acionistas cujo cadastro não conterha a inscrição do número do CPF/CNPJ ou a indicação de Banco/Agência/Conta Corrente, os dividendos somente serão creditados a partir do 3º dia útil da data da atualização cadastral nos arquivos eletrônicos do Banco Bradesco S/A, que poderá ser efetuada através de qualquer agência da rede. 3. Os acionistas usuários de Custódias Fungíveis das Bolsas de Valores receberão o pagamento através dos seus Agentes de Custódia.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2019

Alvaro Véras do Carmo

Diretor de Relações com Investidores

CNC: Dia das Mães deve ter alta de 3,8% nas vendas este ano

Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostram que o volume de vendas para a data deve registrar aumento de 3,8% em relação a 2018, já descontada a inflação. Confirmadas as previsões, este será o terceiro ano consecutivo de aumento real das vendas desta data. O estudo da CNC indica ainda que a data deve registrar movimentação financeira de R$ 9,7 bilhões neste ano, nível equivalente ao volume de vendas verificado em 2014, que foi de R$ 9,6 bilhões.

A principal razão para o terceiro aumento consecutivo do faturamento real do varejo brasileiro nesta data está no comportamento dos preços. Os repasses de preços acima da taxa de inflação ao consumidor não têm sido tão grandes porque o mercado ainda vive sob a fragilidade do processo de recuperação econômica. Além disso, ainda há a alta da moeda americana, que variou 7% nos últimos 12 meses.

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, a variação positiva das vendas para o Dia das Mães indica que o consumidor ainda tem confiança na economia do país. Além disso, a contratação temporária deverá ser a maior em quatro anos, gerando algo em torno de 22,1 mil vagas, com salário médio de admissão de R$ 1.262. "O mercado de trabalho é um fator fundamental para sustentar o crescimento econômico. Com mais empregos, temos mais renda, consumo de bens e serviços, alimentando um círculo positivo que beneficiará o país. Por isso, qualquer movimento relacionado à criação de empregos tem que ser considerado, mesmo no caso dos temporários", avalia José Roberto Tadros.

Os segmentos de perfumaria e cosméticos (+11,1%), além das lojas de vestuário, calçados e acessórios (+10,1%), devem se destacar positivamente nas vendas para o Dia das Mães.

Desemprego

A área de Indicadores e Estudos Econômicos da Boa Vista projeta crescimento entre 2% e 2,5% das vendas neste Dia das Mães, na comparação com 2018. Com isso, o movimento do comércio na data deve registrar resultado positivo pelo terceiro ano consecutivo, após as quedas observadas em 2015 e 2016 (-1,2% e -4,6%, respectivamente).

O crescimento entre 2% e 2,5% em 2019, porém, deve ser inferior aos 4% registrados no ano passado. Segundo os economistas da Boa Vista, o alto nível de desemprego e a recente queda da confiança estão segurando o ritmo de expansão das vendas do varejo, o que tende a se refletir no movimento das datas comemorativas do 1º semestre.

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S/A realizada às 14:30 horas do dia 20 de março de 2019. **LOCAL:** escritório da Companhia, localizado na Rua Bela Cintra nº 986, conjunto 81, na Cidade e Estado de São Paulo. **PRESENÇA:** com a maioria dos seus membros, a saber: Alejandro Daniel Laiño, Carlos Eduardo Rispoli Quartieri (substituído neste ato, nos termos do art. 12, (b) do Estatuto Social, por Giane Luza Zimmer Freitas), Carlos Hector Rezzonico, Elder Rapachi, Fernando César Paim, Giane Luza Zimmer Freitas, Pedro Gutemberg Quariguasi Netto e Sonia Zagury. **CONVOCAÇÃO:** na forma do Estatuto Social da Companhia. **MESA:** Giane Luza Zimmer Freitas, Presidente. **DELIBERAÇÕES:** o Conselho deliberou, por unanimidade de votos, na forma do disposto no artigo 5º do Estatuto Social, que regula as condições e o limite do capital autorizado da Companhia, o aumento do capital social no montante de R$198.866.056,39 (cento e noventa e oito milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos) dentro do limite do capital autorizado, mediante a capitalização do valor da reserva de investimentos constituída em exercícios anteriores e utilizado para a execução do orçamento de capital de 2019. O aumento ora deliberado não resultará na emissão de novas ações, nos termos previstos no art. 169, §1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Em decorrência do aumento deliberado, o capital social da Companhia passa de R$ 1.718.439.344,71 (hum bilhão, setecentos e dezoito milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos) para R$ 1.917.305.401,10 (hum bilhão, novecentos e dezessete milhões, trezentos e cinco mil, quatrocentos e um reais e dez centavos). Certidão da **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** – Nome: MRS Logística S/A – Nire: 33.3.0016356-5 – Protocolo: 00-2019/174002-0 – 25/03/2019. Certifico o arquivamento em 26/03/2019 e o registro sob o número: 00003558787 – Data: 26/03/2019. Bernardo F. S. Berwanger – Secretário Geral.

DECISÕES ECONÔMICAS

Ronaldo Ferraz *Sergio Braga*

ronaldoferraz35@yahoo.com.br

Prefeito Crivella

Crise política pode inviabilizar novo autódromo do Rio

A incapacidade do governo Crivella de dialogar com os vereadores pode levar à estaca zero o projeto de construção de um novo autódromo no Rio de Janeiro. O local onde seria construído o circuito, a Floresta do Camboatá, em Deodoro, foi considerado pela Câmara Municipal como Área de Proteção Ambiental. Sendo assim, o terreno não poderá receber edificações. O projeto de criação da APA, aprovado em duas discussões pelos vereadores cariocas, foi enviado para o prefeito sancionar. Se ele vetar, o veto ainda pode ser derrubado pelos vereadores, inviabilizando o projeto.

A Fórmula 1 já sinalizou que tem intenção de trocar o velho autódromo de Interlagos, em São Paulo, pela nova pista carioca. Mas, além dos vereadores, ambientalistas e deputados estaduais também são contra a destruição da floresta para a construção do autódromo.

Transparência e controle no Legislativo

A Assembleia Legislativa começou a discutir esta semana o projeto de resolução que torna obrigatória a divulgação da lista de presença dos deputados nas sessões plenárias da Casa. As informações deverão ser atualizadas semanalmente e publicadas no site do Parlamento fluminense. A determinação é do projeto de resolução 812/18, de autoria do deputado Eliomar Coelho (PSol). O texto ainda determina que, em caso de faltas justificadas dos deputados, deverá ser publicada a justificativa com a eventual documentação comprobatória. Já em caso de falta não justificada, o que deverá ser publicado é o valor relativo aos descontos nos salários dos deputados.

Deputado Waldeck Carneiro

Autonomia para o ensino técnico

O deputado Waldeck Carneiro (PT) quer transformar a Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) em Instituto Estadual Tecnológico do Estado do Rio de Janeiro (Ieterj), com autonomia de gestão, finanças e pedagogia. Segundo o parlamentar, a população fluminense merece dispor, em sua rede estadual, de uma vigorosa instituição tecnológica de formação de quadros, em sintonia com o desenvolvimento das diferentes regiões do Estado do Rio.

Idosos sem cartão

Idosos poderão usar as vagas exclusivas de estacionamento em estabelecimentos comerciais mesmo não tendo o Cartão do Idoso. Bastará a exibição de um documento oficial de identidade ou uma cópia autenticada do documento no para-brisas do veículo. É o que determina o projeto de lei dos deputados Carlos Macedo (PRB) e do ex-parlamentar Gilberto Palmares, que a Assembleia Legislativa do Rio aprovou e enviou para a avaliação do governador Wilson Witzel, que terá 15 dias úteis para sancionar ou vetar o texto. A proposta altera a Lei 6.642/13, que determinou a reserva de vagas para idosos e pessoas com deficiência nos estabelecimentos privados.

Senha em braile

As agências bancárias de Petrópolis, na Região Serrana, terão que distribuir senhas em braile nos serviços de atendimento aos clientes com deficiência visual. Um projeto de lei nesse sentido foi aprovado pela Câmara Municipal da cidade serrana. O autor, o vereador Marcelo Pró Deficiente, diz que a medida vai garantir o exercício da cidadania de todos.

Visitas ao parlamento estadual

Em 2018, cerca de 16 mil pessoas, entre estudantes, turistas nacionais e estrangeiros, visitaram o Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, através da visita guiada à exposição permanente *Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro*. Situado no Centro do Rio e incluído no corredor cultural da cidade, o palácio, em estilo eclético, chama a atenção pela sua beleza arquitetônica e tem importância histórica para o país.

FLUMINENSE INDUSTRIAL S.A.

CNPJ: 27.626.647/0001-80

Balanços patrimoniais 31/12/18 e 2017 (Em MR$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Ativo		**261.543**	241.926	**1.190.955**	969.255
Circulante		**1.283**	3.501	**333.050**	268.854
Caixa e equivalentes de caixa	4	**-**	-	**38.731**	49.399
Aplicações financeiras vinculadas	4	**-**	-	**26.917**	3.346
Contas a receber de clientes	5	**-**	-	**91.761**	73.602
Estoques	6	**-**	-	**81.932**	51.378
Tributos a recuperar	7	**-**	-	**85.545**	82.360
Adiantamentos a fornecedores	8	**-**	-	**3.535**	5.259
Dividendos a receber		**1.283**	3.501	**-**	-
Outros ativos circulantes		**-**	-	**4.629**	3.510
Não circulante		**260.260**	238.425	**857.905**	700.401
IR e contribuição social diferidos	20	**-**	-		-
Tributos a recuperar	7	**-**	-	**17.684**	19.162
Outros créditos		**-**	-	**1.922**	2.052
Investimentos	9	**260.260**	238.425	**-**	-
Imobilizado	11	**-**	-	**826.368**	674.955
Intangível	11	**-**	-	**11.931**	4.232
Passivo		**261.543**	241.926	**1.190.955**	969.255
Circulante		**1.283**	3.501	**462.336**	305.975
Fornecedores	12	-	-	**152.504**	120.654
Antecipação de fornecedores a pagar	12	-	-	**40.752**	31.419
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	**181.117**	86.978
Instrumentos financeiros derivativos	10	-	-	**2.857**	4.338
Impostos, taxas e contribuições	14	-	-	**20.920**	13.858
Obrig. trabalhistas e previdenciárias	15	-	-	**28.475**	20.202
Parcelamento de impostos a recolher	16	-	-	**11.997**	3.415
Adiantamentos de clientes	17	-	-	**20.380**	20.110
Dividendos a pagar	20	**1.283**	3.501	**1.283**	3.533
Outros		-	-	**2.051**	1.468
Não circulante		**-**	-	**468.360**	424.856
/Fornecedores	12	**-**	-	**7.651**	17.816
Bônus de subscrição	10	**-**	-	**-**	500
Empréstimos e financiamentos	13	**-**	-	**343.929**	327.159
Instrumentos financeiros derivativos	10	**-**	-	**861**	2.639
Subvenção governamental diferida - doação	11	**-**	-	**35.984**	35.984
Provisão para contingências	18	**-**	-	**32.017**	30.726
Parcelamento de impostos	16	**-**	-	**34.717**	333
IR e contribuição social diferidos	19	**-**	-	**13.201**	9.699
Patrimônio líquido	21	**260.260**	238.425	**260.260**	238.425
Capital social		**128.999**	108.250	**128.999**	108.250
Reserva de lucros a realizar		**124.107**	123.266	**124.107**	123.266
Reserva legal		**7.154**	6.909	**7.154**	6.909
Participação de acionistas não controladores		**-**	-	**-**	-

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/18 e 2017 (Em MR$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Lucro líquido do exercício	**4.902**	14.405	**4.902**	14.405
Outros resultados abrangentes				
Realiz. das reservas de reavaliação e ajuste de avaliação patrim. , líquido de tributos	**-**	-	**-**	-
Total dos result. abrangentes do exercício	**4.902**	14.405	**4.902**	14.405

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/18 e 2017

(Em MR$)	Nota	Controladora 31/12/18	Controladora 31/12/17	Consolidado 31/12/18	Consolidado 31/12/17
Receita operacional líquida	22	**-**	-	**879.621**	739.108
Custo dos produtos vendidos	23	**-**	-	**(538.702)**	(437.696)
Lucro bruto		**-**	-	**340.919**	301.412
Receitas (desp.) operacionais		**4.902**	14.405	**(237.277)**	(217.160)
Desp. c/vendas e logística	24	**-**	-	**(200.069)**	(170.478)
Desp. gerais e administ.	25	**-**	-	**(56.798)**	(53.885)
Result. equival. patrimonial	9	**4.902**	14.405	**-**	-
Outras receitas operacionais, líquidas	26	**-**	-	**19.590**	7.204
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		**4.902**	14.405	**103.642**	84.252
Resultado financeiro		**-**	-	**(95.238)**	(59.580)
Despesas financeiras	27	**-**	-	**(108.060)**	(68.724)
Receitas financeiras	27	**-**	-	**12.822**	9.144
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**4.902**	14.405	**8.404**	24.672
Imposto de renda	20.c	**-**	-	**(2.575)**	(7.535)
Contribuição social	20.c	**-**	-	**(927)**	(2.732)
Lucro líquido do exercício		**4.902**	14.405	**4.902**	14.405
Quantidade de ações		**127.685.101**	127.685.101	**-**	-
Lucro líquido por ações		**0,04**	0,11	**-**	-

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/18 e 2017 (Em MR$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro do exercício antes do IR e C.S.	**4.902**	14.405	**4.902**	24.672
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Prov. para crédito de liquidação duvidosa	**-**	-	**21**	1.377
Bônus de subscrição	**-**	-	**(500)**	-
Provisão para contingências	**-**	-	**1.291**	1.982
Reversão de reserva de subvenção	**-**	-	**(2.532)**	-
Impostos pagos	**-**	-	**-**	(5.092)
Depreciação e amortização	**-**	-	**35.450**	24.604
Baixa de imobilizado	**-**	-	**-**	1.732
Juros, comissões e variação cambial não realizadas, sobre empréstimos	**-**	-	**66.539**	58.599
Perdas operações de derivativos, não realizados	**-**	-	**(4.898)**	3.910
Resultado de equivalência patrimonial	**(4.902)**	(14.405)	**-**	-
	-	-	**100.273**	111.784
(Aum.) red. ativos e aum. (red.) de passivos				
Contas a receber de clientes	**-**	-	(18.180)	18.884
Estoques	**-**	-	(30.554)	(10.852)
Adiantamentos concedidos	**-**	-	1.724	5.451
Tributos a recuperar	**-**	-	(1.707)	(35.940)
Outros ativos circulantes	**-**	-	(1.119)	(1.229)
Depósitos judiciais	**-**	-	130	(1.223)
Fornecedores	**-**	-	31.018	88.120
Impostos e contribuições a recolher	**-**	-	7.030	10.468
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**-**	-	8.273	9.548
Créditos de clientes	**-**	-	270	15.271
Parcelamento de impostos	**-**	-	42.966	(8.753)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	**-**	-	**140.124**	201.529
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades de investimentos				
Crédito investimento/Fomentar – GO	**-**	-	583	1.030
Dividendos recebidos	**3.501**			
Aquisições do ativo imobilizado, líquidas	**-**	-	(94.094)	(160.668)
Aplicações financeiras	**-**	-	(23.571)	602
Caixa e equiv. de caixa líquidos consumidos nas atividades de investimentos	**3.501**	-	**(117.082)**	(159.036)
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	**-**	-	**-**	5.679
Empréstimos e financiamentos captados	**-**	-	288.312	284.893
Pagto. de Empréstimos e financiamentos	**-**	-	**(260.801)**	(234.258)
Antecipação de dividendos	**-**	1.789	**-**	-
Liquidação de operações de derivativos	**-**	-	1.639	(6.462)
Pagamento de bônus de subscrição	**-**	-	**-**	500
Pagamento de dividendos	**(3.501)**	(1.789)	**-**	(1.789)
Juros e var. cambial sobre empréstimos e financiamentos	**-**	-	**(62.860)**	(64.697)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos p/ativ. de financiamentos	**(3.501)**	-	**(33.710)**	(16.134)
Aum. (red.) líq. de caixa e equiv. de caixa	**-**	-	**(10.668)**	26.359
Caixa e equiv. de caixa início do exercício	**-**	-	**49.399**	23.040
Caixa e equiv. de caixa final do exercício	**-**	-	**38.731**	49.399
Operações que não afetam caixa				
Aquisição de ativo imobilizado por meio de financiamentos	**-**	-	79.719	92.257
Aum. de capital com aporte de terrenos	**-**	-	20.749	5.679

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/18 e 2017(Em MR$)

	Controladora e Consolidado				
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Resultados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/16	102.571	6.189	115.567	-	224.327
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.405	14.405
Aumento de capital (Nota 21a)	5.679	-	-	-	5.679
Const. reserva legal (Nota 21b)	-	720	-	(720)	-
Antecipação de dividendos	-	-	-	(1.789)	(1.789)
Dividendos a pagar (Nota 18)	-	-	-	(3.502)	(3.502)
Constituição de reserva de lucros a realizar (Nota 21c)	-	-	7.699	(8.394)	(695)
Saldos em 31/12/17	108.250	6.909	123.266	-	238.425
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**4.902**	**4.902**
Aumento de capital (Nota 21a)	**20.749**	**-**	**-**	**-**	**20.749**
Const. reserva legal (Nota 21b)	**-**	**245**	**-**	**(245)**	**-**
Dividendos a pagar (Nota 18)	**-**	**-**	**-**	**(1.283)**	**(1.283)**
Constituição de reserva de lucros a realizar (Nota 21c)	**-**	**-**	**841**	**(3.374)**	**(2.533)**
Saldos em 31/12/18	**128.999**	**7.154**	**124.107**	**-**	**260.260**

Affonso José Silva - Técnico em Contabilidade - CRC 083351/O-0.
As demonstrações financeiras na íntegra se encontram na sede da empresa

Deixou de ser publicado na edição de 02/05/2019 por problemas técnicos. RJ, 03/05/2019.

Prejuízo da Klabin chega a R$ 196 mi no trimestre

A Klabin, a maior produtora e exportadora de papéis do país, fechou o primeiro trimestre de 2019 com prejuízo. Os números são bem mais fracos que os apresentados no mesmo período do ano passado. O prejuízo líquido é de cerca de R$196 milhões. O aumento de despesas financeiras e um mercado de celulose atingido por incertezas sobre a guerra comercial iniciada pelos Estados Unidos contra a China impactaram o resultado do período, revelou a empresa nesta quinta-feira.

A empresa, que comentará em teleconferência nesta sexta-feira os resultados para analistas e investidores, que já tinha anunciado investimento de cerca de R$ 9 bilhões para expandir sua capacidade de produção de papel no país, teve geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de R$ 1 bilhão, crescimento de 32% na base anual.

O volume total de vendas da Klabin durante o primeiro trimestre, sem incluir madeira, atingiu 783 mil toneladas, aumento de 3% em relação ao primeiro trimestre de 2018 e influenciado em especial pelo bom desempenho da Unidade Puma. As vendas de celulose durante o período atingiram de 353 mil toneladas, crescimento de 13% na comparação com o 1T18, sendo 273 mil toneladas de fibra curta e 80 mil toneladas de fibra longa e fluff.

Outras razões apontadas para o prejuízo foram: o relativo controle de custos, desvalorização do real e estratégia da companhia em focar em mercados mais rentáveis, em um momento em que a celulose enfrentou queda na demanda atribuída pela Klabin à "sazonalidade e incertezas em relação aos impactos de anúncio de medidas protecionistas por China e Estados Unidos".

Itaú Unibanco amplia mudanças para lojistas da Rede

Banco foi acusado de prática de venda casada, ligando oferta á abertura de conta

O Itaú Unibanco vem apresentando há uma semana mudanças da Rede, seu braço de adquirência de cartões. Nesta quinta-feira, a notícia foi que a instituição isentará lojistas clientes da Rede de tarifas sobre transferência de recursos para contas em outros bancos, numa resposta a acusações de concorrentes de que estaria usando práticas predatórias para eliminar a concorrência.

O banco também informou que reduzirá a taxa de manutenção de conta para microempreendedores com faturamento de até R$ 81 mil por ano, de R$ 81 para R$ 25. Nesta sexta-feira, o Itaú Unibanco realizará teleconferência sobre os resultados do primeiro trimestre de 2019 para analistas e investidores.

A Abipag, associação que reúne credenciadoras de menor porte, fez uma reclamação ao órgão de defesa da concorrência, Cade, acusando o Itaú Unibanco de prática de venda casada, já que a oferta vale apenas para quem tem conta corrente no banco. O Cade pediu explicações à Rede e deu prazo até 3 de maio para uma resposta.

A Rede iniciou nesta quinta-feira uma campanha em que diz que praticará uma taxa inicial unificada a partir de 3,49% ao mês para seus lojistas. Pelos cálculos do Itaú Unibanco, isso corresponde a cerca de metade do montante pago pelos lojistas no mercado, incluindo despesas por operação (MDR), aluguel dos terminais de pagamento e a antecipação de recebíveis.

"Nossa oferta não tem pegadinha", afirmou a jornalistas o presidente da Rede, Marcos Magalhães. "Para lojistas com faturamento mensal a partir de R$ 10 mil por mês, estaremos abertos à negociação de taxa", ressaltou Magalhães.

A medida desta quinta-feira complementa o anúncio feito na semana passada, quando a Rede avisou que iria zerar a cobrança sobre antecipação de recebíveis de lojistas nas compras pagas com cartões de crédito na modalidade à vista.

A notícia abalou o mercado de adquirência, provocando pesadas perdas das ações de rivais como Stone, PagSeguro e Cielo, com analistas do setor avaliando que a medida deve provocar queda das margens do setor.

Conforme informou a Reuters, o movimento da Rede tem como alvo clientes com faturamento anual de até R$ 30 milhões, segmento que tem sido mais explorado pelas dezenas de empresas de pagamentos que entraram no mercado mais recentemente.

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

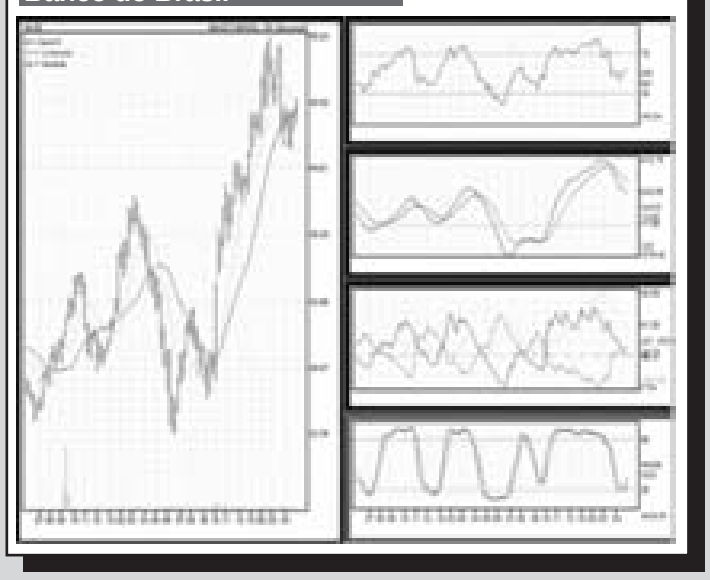
Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S/A realizada às 15:30 horas do dia 20 de março de 2019. **LOCAL:** escritório da Companhia, localizado na Rua Bela Cintra nº 986, conjunto 81, na Cidade e Estado de São Paulo. **PRESENÇA:** com a maioria dos seus membros, a saber: Alejandro Daniel Laiño, Carlos Eduardo Rispoli Quartieri (substituído neste ato, nos termos do art. 12, (b) do Estatuto Social, por Giane Luza Zimmer Freitas), Carlos Hector Rezzonico, Elder Rapachi, Fernando César Paim, Giane Luza Zimmer Freitas, Pedro Gutemberg Quariguasi Netto e Sonia Zagury. **CONVOCAÇÃO:** na forma do Estatuto Social da Companhia. **MESA:** Giane Luza Zimmer Freitas, Presidente. **DELIBERAÇÕES:** o Conselho deliberou, por unanimidade de votos, o seguinte: **(i)** tendo em vista a concordância com o Relatório do Auditor Independente, com o Relatório da Administração e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, recomendar a aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, dos aludidos documentos e, em consequência, das contas da Diretoria; **(ii)** no tocante aos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, propor aos acionistas o pagamento de dividendos no valor de R$ 123.883.772,83 (cento e vinte e três milhões, oitocentos e oitenta e três mil, setecentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos) correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado (após a dedução de 5% destinado à reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), a ser deliberado pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia e pagos em uma única parcela, até dezembro de 2019. O Conselho propôs, ainda, que a quantia remanescente do lucro líquido seja retida, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para custeio de parte dos investimentos previstos no orçamento de capital referente ao exercício de 2019, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada nesta data (item aprovado na ata de 15:00 horas), o qual será submetido à aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia; **(iii)** aprovar a convocação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a ser oportunamente realizada para deliberar sobre as recomendações acima mencionadas, nos termos da proposta da administração a ser disponibilizada aos acionistas conforme Instrução CVM 481; **(iv)** aprovar a alteração do jornal Monitor Mercantil, em que a Companhia atualmente realiza suas publicações, para o jornal Diário do Acionista. Certidão da **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** – Nome: MRS Logística S/A – Nire: 33.3.0016356-5 – Protocolo: 00-2019/174009-8 – 25/03/2019. Certifico o arquivamento em 26/03/2019 e o registro sob o número: 00003558725 – Data: 26/03/2019. Bernardo F. S. Berwanger – Secretário Geral.

DÉCIMA SEXTA VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL
EDITAL DE CITAÇÃO

Com prazo de 20 dias: O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Adriana Sucena Monteiro Jara Moura - Juiza do Cartório da 16ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que pelo presente CITA ESPÓLIO DE JOSÉ ANTONIO COSME PEREIRA, representado por seu inventariante Carmindo da Conceição Santos e CARMINDO DA CONCEIÇAO SANTOS que encontram-se em local incerto e não sabido, nos autos da Ação de Cobrança nº 0169727-61.2014.8.19.0001, movida por CONDOMINIO DO EDIFICIO UPATUY em face de ESPOLIO DE JOSE ANTONIO COSME PEREIRA, CARMINDO DA CONCEIÇÃO SANTOS e NEIO LUCIO SALLES que aduz o seguinte: O autor é um prédio residencial, constituído por apenas 09 (nive) unidades residenciais, sendo a dos réus um duplex, ademais, a maioria dos proprietári os são pessoas idosas. Conforme se depreende da certidão de ônus reais oriunda do 5º Registro Geral de Imóveis, são os proprietários da unidade denominada apartamento 901 ¿Duplex¿ do Condomínio do Edifício Upatuy, localizado na Rua Santa Clara, 196, Copacabana. Em conformidade com o disposto no art. 12 e seus parágrafos da Lei 4.591/64 e das demais verbas orçamentárias aprovadas pelas assembleias Gerais do condomínio Autor, os réus estão obrigados a proceder com o pagamento do rateio das despesas do condomínio, concorrendo com a quota-parte que lhe caiba por rateio, até o dia 10 (dez) de cada mês. Apesar de assim estarem obrigados, os réus encontram-se em mora com o pagamento das cotas condominiais dos meses de junho a dezembro de 2003; janeiro a dezembro de 2004; janeiro a dezembro de 2005; janeiro a dezembro de 2006; janeiro a dezem bro de 2007, janeiro a dezembro 2008; janeiro a dezembro de 2009; janeiro a dezembro 2010; janeiro a dezembro de 2011; janeiro a dezembro de 2012; janeiro a a dezembro de 2013; janeiro a maio de 2014, totalizando em moeda nacional corrente o equivalente a 244843,7281 UFIR¿s, tendo sido o debito atualizado 02/04/2019, perfazendo o total de 480317.8940 UFIR¿s. Face ao exposto, requer seja determinada a citação dos réus, por intermédio de oficial de justiça. Julgar procedente a presente ação de Cobrança, para condenar os réus no pagamento das cotas condominiais, referente às parcelas periódicas vincenda, na forma do que dispõe o art. 290 do CPC, com a incidência da multa de 2% sobre o total do débito em atraso, mais juros de mora de 1% ao mês, sem prejuízo da correção monetária até o efetivo pagamento.; condenar os réus n o pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios de 10% sobre o montante devido, custas e honorários esses que deverão ser corrigidos monetariamente e executado nos próprios autos . Ciente e advertido o Réu do prazo de 15 dias para responder à mencionada ação, fazendo-lhe, outrossim, a advertência de que não sendo contestada, presurmir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na petição inicial. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, publicado e afixado na forma da Lei. Sede do Juízo na Av. ERASMO BRAGA N. 115, SALA 216 C. Dado e passado nesta Cidade do Rio de Janeiro, em 02/04/2019. Eu, Vanessa Lisboa Martins mat. 01/22.146,Responsável pelo expediente, mandei datilografar e subscrevo. Ass. Adriana Sucena Monteiro Jara Moura, Juiza de Direito. 0262

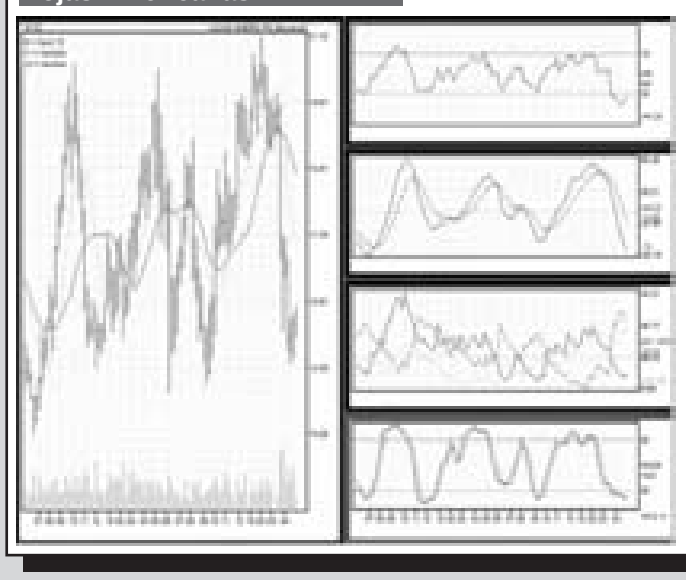
DIÁRIO

Banco do Brasil



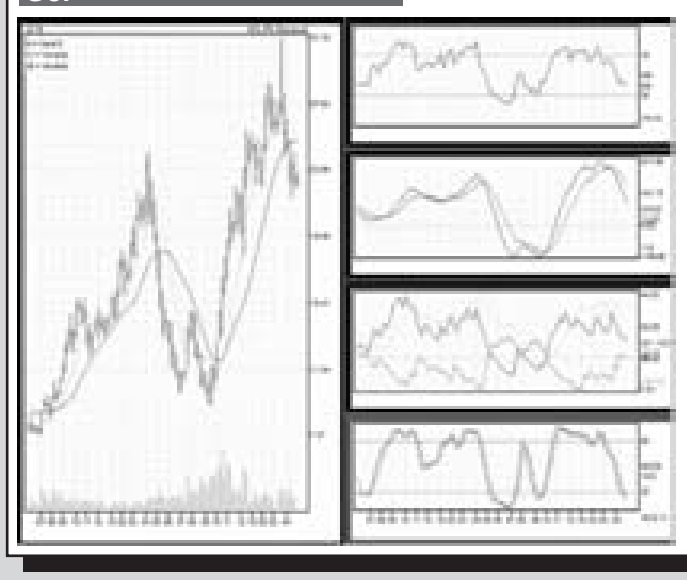
As ações ordinárias do Banco do Brasil terminaram cotadas a R$ 47,79, com ganho de 0,22%. Um dos três indicadores semanais mostra mercado comprado e os outros dois, vendido.

Lojas Americanas



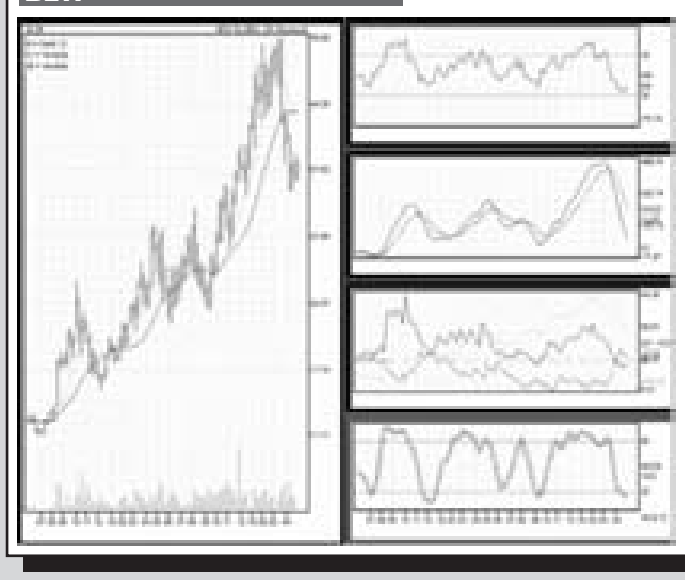
As ações preferenciais das Lojas Americanas terminaram cotadas a R$ 15.56, com perda 1,02%. Os três indicadores semanais mostram mercado vendido.

Gol



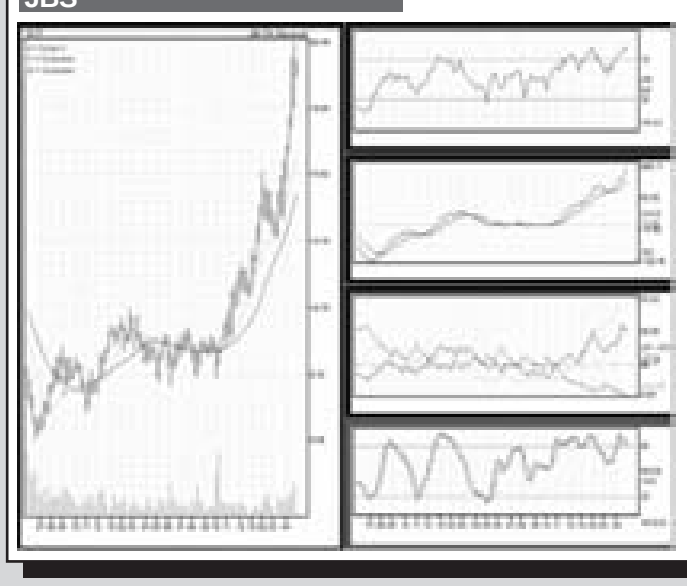
As ações preferenciais da Gol terminaram cotadas em R$ 22,56 com perda de 0,97%. Os três indicadores semanais mostram mercado vendido.

B2W



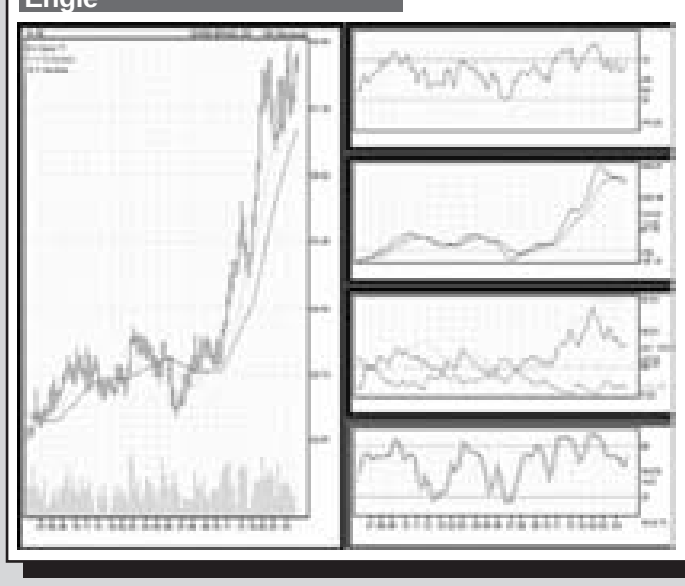
As ações ordinárias da B2W terminaram cotadas a R$ 36,80, com desvalorização de 3,79%. Os três indicadores semanais mostram mercado vendido.

JBS



As ações ordinarias da JBS terminaram cotadas a R$ 19,52, com desvalorização de 1,52%. Os três indicadores semanais mostram mercado comprado.

Engie



As ações ordinárias da Engie terminaram cotadas a R$ 43,40, com desvalorização de 2,45%. Um dos três indicadores semanais mostra mercado comprado e os outros dois, vendido

Monitor
FINANCEIRO
Nelson Priori (npriori@monitormercantil.com.br)
Editor
monitorfinanceiro@monitormercantil.com.br
Monitor Financeiro é marca registrada pelo Monitor Mercantil SA sob nº 820000007

acionista.com.br
Seu Site Capital

APLICATIVOS E GRÁFICOS PARA DECISÕES RÁPIDAS E SEGURAS.
Smartrack Pro
Option Track
Sistema gráfico para operações nos mercados Intraday e Diário.
Disponibilizamos cursos periódicos em nossas instalações.
Apligraf
Http://www.apligraf.com.br
Telefones: (021) 2533-4325

Odebrecht parte para a 'Jornada da Transformação'

Divisão de engenharia e construção tem nova 'roupagem'

No lugar do vermelho, a nova identidade visual da Odebrecht Engenharia & Construção, uma das empresas do Grupo Odebrecht, estampará as cores verde, azul e cinza e adotará as iniciais "OEC". A mudança, que começa a valer este mês, acontece quase um ano meio depois de a empresa anunciar uma nova estratégia, depois do impacto provocado pela operação Lava Jato e após acordo de leniência firmado com as autoridades brasileiras. O comunicado oficial da mudança foi feito nesta quinta-feira pela empresa, que completa 75 anos de atividades.

"Foi uma caminhada intensa que nos permitiu iniciar um processo de reconstrução de confiança e cujos resultados já estão aparecendo até mesmo na forma de importantes conquistas de novos projetos desde o ano passado", afirma o presidente da OEC, Fabio Januário. Em 2018, como parte do processo de renovação e transparência a OEC lançou canais próprios nas redes sociais Facebook, Linkedin, Instagram, Twitter, Youtube, além de um blog de engenharia e um website. "O objetivo é estabelecer maior conexão com estudantes e jovens profissionais", explica a empresa. A nova identidade visual teve o apoio da consultoria Keenwork.

Novo nome

O novo nome é seguido do descritivo "Odebrecht Engenharia e Construção", que demarca seu segmento de atuação. A mudança reflete o que a empresa chama de Jornada da Transformação, com importantes avanços na sua governança, como a implementação de um novo sistema de conformidade, incorporação de conselheiros independentes, atualização e adoção de novas políticas e diretrizes, um processo de sucessão que promoveu uma nova geração de líderes, a assinatura de importantes acordos no Brasil e exterior e, por fim, o início de sua reestruturação financeira. Além da nova marca, a empresa iniciará também em maio uma campanha de publicidade apresentando seu novo momento.

Segundo o responsável por Marketing Institucional da OEC, Rodrigo Vilar, essa ação reforça o compromisso de estabelecer uma relação mais próxima e transparente com a sociedade. "A empresa fez muito nesses últimos três anos e se reinventou, sem perder o que sempre teve de melhor: pessoas de conhecimento e capacidade técnica e de entrega diferenciada. A campanha é um convite para que todo interessado possa acompanhar esse processo de aprendizado e reconstrução", afirma Vilar.

Fabio Januário: 'Foi uma caminhada intensa que nos permitiu iniciar um processo de reconstrução de confiança'

Luis Castellari, *head* de Criação e Estratégia da Keenwork, explica que a nova identidade visual foi resultado de um trabalho de mais de um ano com a parceria da equipe de comunicação da OEC. "Ouvimos mais de 30 executivos da empresa em todo o mundo, realizamos workshops com a nova gerações de jovens líderes e também conversamos com clientes e públicos estratégicos para chegar uma marca que simbolizasse a união da engenharia com a confiança na capacidade de desenvolvimento das pessoas, que está no DNA da empresa", explica.

Mais de 90% das empresas chinesas tiveram lucro maior em 2018

Até 29 de abril, cerca de 3.500 empresas listadas nas duas principais bolsas de valores da parte continental da China divulgaram seus relatórios de desempenho anual de 2018, com mais de 3.100 relatando que lucraram durante o período.

Mais de 90% das empresas listadas reportaram aumentos nos lucros em 2018, apesar da pressão econômica para baixo, com o setor privado registrando resultados melhores do que o esperado, de acordo com a Shanghai Securities News.

As receitas combinadas das empresas listadas ficaram em 45 trilhões de iuanes (US$ 6,7 trilhões), uma alta de 11% em termos anuais, enquanto seus lucros superaram 3,4 trilhões de iuanes, subindo 0,05%.

Cerca de 30% das empresas tiveram aumento de mais de 30% nos lucros, segundo o relatório.

Entre as empresas lucrativas, 61% são privadas, representando um sinal positivo para a economia geral, levando em consideração o papel crucial do setor privado em impulsionar o crescimento da geração de empregos.

Materiais de construção, petroquímicas, siderúrgicas e carvoeira estão entre as indústrias que alcançaram alto crescimento nos lucros, com o incremento médio de receita no setor de construção atingindo 60%, segundo o relatório

Conforme informou a agência Xinhua, a economia chinesa superou sua meta oficial de crescimento econômico para 2018 de "cerca de 6,5%" ao expandir pela 6,6% no ano passado. No primeiro trimestre de 2019, o crescimento econômico ficou em 6,4%.

PROTEL

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ILHABELA

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Atendendo determinação do Sr. Síndico, vimos pelo presente, convocar os Senhores Condôminos para comparecerem à AGE do Condomínio do Edifício Ilhabela, que será realizada no próximo dia 06/05/2019 - segunda-feira, no supramencionado Condomínio, às 20:00hs em primeira convocação com o "quorum" legal ou às 20:30hs, em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre os seguintes assuntos constantes da "Ordem do Dia": 1) Apresentação da prestação de contas sobre conclusão das obras de reforma e manutenção do prédio; 2) Deliberação e aprovação da previsão orçamentária - 2019/2020; 3) Deliberação e aprovação para criação de penalidades às infrações do condomínio; e 4) Deliberação e aprovação, na forma do § 2º do art.1.335 do Código Civil, de aplicação de multa em face da unidade 302, em razão do sistemático mau cheiro dela proveniente, fixando o valor da multa (para aprovação deste item, faz-se necessária a aprovação de 2/3 dos condôminos). Para votação ou participação na assembleia, o condômino deverá estar quite com as cotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data ca assembleia (Art. 1335, III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida (§ 2º, art. 654, do Código Civil). RJ, 16/04/2019.

Protel Administração Hoteleira - Alfredo Lopes de Souza Júnior - Diretor

QUINTA VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL
EDITAL DE CITAÇÃO
Com o prazo de vinte dias

O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Monica de Freitas Lima Quindere - Juiz Titular do Cartório da 5ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Erasmo Braga, 115 sala 209 211 213 A CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 25882928 e-mail: cap05vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Comum - Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício, de nº 0143855-10.2015.8.19.0001, movida por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO QUITANDA TRADE CENTER em face de ALESSANDRA GUIMARÃES PIMENTA, objetivando CITAÇÃO. Assim, pelo presente edital CITA a ré ALESSANDRA GUIMARÃES PIMENTA, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias ofe recer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC) , caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, dezoito de março de dois mil e dezenove. Eu, __ Dyanne da Silva Barbosa - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/32505, digitei. E eu, __ Meire Lucia Fernandes - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/23609, o subscrevo. 0264

RODRIGO LOPES PORTELLA - LEILOEIRO PÚBLICO
CPF. Nº 336.490.497-91

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO e INTIMAÇÃO - Eu, RODRIGO LOPES PORTELLA, Leiloeiro Público Oficial, comunico ao público que, devidamente autorizado pela COMISSÃO DE REPRESENTANTES DO EMPREENDIMENTO VERONICA 22, no dia 15/05/2019, às 11:00 hs., realizarei no escritório, à Av. Nilo Peçanha nº 12-Gr. 810-Castelo, nesta cidade, o 1º Leilão Público, por preço não inferior ao previsto no § 2º do Art. 63 da Lei nº 4.591/64, no valor de R$ 621.844,35 (seiscentos e vinte e um mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), ou no dia 28/05/2019, no mesmo horário e local, o 2º Leilão Público, do "Direito e Ação" a Fração ideal de 1/10 do Empreendimento CONDOMÍNIO VERÔNICA 22, situado na Rua Venancio Veloso, nº 20 – Recreio dos Bandeirantes/RJ.; transcrito no Cartório do 9º Ofício de Registro de Imóveis/RJ., sob a matrícula nº 58537. – Tudo nos termos da carta-notificação (protocolada sob o nº 1021912) entregue em 03/04/2019 à Adquirente: VALÉRIA REGINA VILLAÇA RODRIGUES – CPF. nº 495.478.607-04, conforme certidão expedida em 08/04/2019 pelo 4º Registro de Títulos e Documentos/RJ. – Ficam cientes os interessados na aquisição, que no ato da arrematação, adjudicação ou remição, serão efetuados os seguintes pagamentos: arrematação à vista; acrescida da comissão ao Leiloeiro de 5%, as despesas efetuadas c/os leilões, e honorários advocatícios na base de 10%; ficando ainda por conta do arrematante, as despesas com transferência (ITBI's., RGI's., Escrituras, Certidões, IPTU., e demais impostos ou qualquer outra inerente a unidade arrematada). Fica por este edital intimada dos Leilões a adquirente acima mencionada, e, também convocados os condôminos a comparecerem à Assembléia Geral que se instalará em 1ª. convocação após 15 min. do 1º Leilão, e em 2ª. convocação após 15 min. do 2º Leilão, para como integrantes do Condomínio, manifestarem seus votos nas referidas Assembléias, sobre o exercício do direito de preferência garantido ao Condomínio pelo § 3º do Art. 63 da Lei 4.591/64, à aquisição da referida fração ideal do imóvel. - Ficam cientes de que a decisão dos condôminos presentes à Assembléia obrigará a todos os demais, mesmo os ausentes. – Ciente o arrematante em qualquer praça, assim como o adjudicante, se for o próprio Condomínio, que fica obrigado, automaticamente, a pagar os encargos aqui previstos e a ratear as despesas na base de 1/10 que ainda vierem a incidir para a conclusão definitiva da obra, habite-se e impostos incidentes e demais deliberações da Assembléia Geral. - RJ, 02/05/2019. (as.) Rodrigo Lopes Portella - Leiloeiro Público.

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S/A realizada às 15:00 horas do dia 20 de março de 2019. **LOCAL:** escritório da Companhia, localizado na Rua Bela Cintra nº 986, conjunto 81, na Cidade e Estado de São Paulo. **PRESENÇA:** com a maioria dos seus membros, a saber: Alejandro Daniel Laiño, Carlos Eduardo Rispoli Quartieri (substituído neste ato, nos termos do art. 12, (b) do Estatuto Social, por Giane Luza Zimmer Freitas), Carlos Hector Rezzonico, Elder Rapachi, Fernando César Paim, Giane Luza Zimmer Freitas, Pedro Gutemberg Quariguasi Netto e Sonia Zagury. **CONVOCAÇÃO:** na forma do Estatuto Social da Companhia. **MESA:** Giane Luza Zimmer Freitas, Presidente. **DELIBERAÇÕES:** o Conselho deliberou, por unanimidade de votos, recomendar a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas do orçamento de capital para o exercício de 2019, no valor de R$ 3.939.575.224,11 (três bilhões e novecentos e trinta e nove milhões e quinhentos e setenta e cinco mil e duzentos e vinte e quatro reais e onze centavos). O orçamento para o exercício de 2019 compreende: **(a)** Aplicação dos Recursos - (i) custos no valor de R$ 2.177.178.910,14 (dois bilhões e cento e setenta e sete milhões e cento e setenta e oito mil e novecentos e dez reais e quatorze centavos), (ii) depreciação no valor de R$ 875.741.675,90 (oitocentos e setenta e cinco milhões setecentos e quarenta e um mil e seiscentos e setenta e cinco reais e noventa centavos) e (iii) investimentos totais no valor de R$ 886.654.638,07 (oitocentos e oitenta e seis milhões e seiscentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e trinta e oito reais e sete centavos); e **(b)** Origem dos Recursos – as perspectivas de origem de recursos para aplicação neste orçamento são as seguintes: (i) retenção de parte dos lucros apurados no exercício de 2019, no valor R$ 371.651.318,50 (trezentos e setenta e um milhões seiscentos e cinquenta e um mil e trezentos e dezoito reais e cinquenta centavos); e (ii) recursos próprios ou de terceiros no valor de R$ 3.567.923.905,61 (três bilhões e quinhentos e sessenta e sete milhões e novecentos e vinte e três mil e novecentos e cinco reais e sessenta e um centavos), somando-se, portanto, ao valor total de orçamento de capital de R$ 3.939.575.224,11 (três bilhões e novecentos e trinta e nove milhões e quinhentos e setenta e cinco mil e duzentos e vinte e quatro reais e onze centavos), o qual será detalhado na proposta da administração a ser submetida à assembleia geral. Certidão da **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** – Nome: MRS Logística S/A – Nire: 33.3.0016356-5 – Protocolo: 00-2019/174006-3 – 25/03/2019. Certifico o arquivamento em 26/03/2019 e o registro sob o número: 00003558775 – Data: 26/03/2019. Bernardo F. S. Berwanger – Secretário Geral.

ACREDITE SE PUDER

Nelson Priori
npriori@monitormercantil.com.br

Fed não pretende reduzir a taxa básica de juros

As principais bolsas europeias desvalorizaram na sessão desta quinta-feira, dia em que o índice de referência europeu Stoxx600 recuou 0,58% para 388,84 pontos. O fraco movimento foi consequência da revelação de Jerome Powell de que o Fed não estuda qualquer redução na taxa de juro de referência da economia norte-americana, que seria a primeira a ser realizada em vários anos, interrompeu o movimento otimista que era registrado nas bolsas européias. Assim, o índices apresentaram desvalorização nesta quinta-feira, sendo que o Stoxx600, indicador de referência europeu, recuou 0,58% para 388,84 pontos.

Powell disse que, apesar do mercado de trabalho na maior economia do mundo estar mais forte e o impacto na inflação mais fraco que o esperado, essa situação é "temporária". Para ele, o consumo deve melhorar, e a inflação voltará para a meta, não havendo motivo para fazer mudanças na política monetária. Com isso, pôs fim à especulação que reinava nos mercados ao longo das últimas semanas enquanto potencial resposta ao clima de abrandamento da economia global. Agora os investidores aguardam por novos dados e posicionamentos dos principais bancos centrais.

Itaú derruba ações da Cielo, PagSeguro e Stone

As ações da Cielo abriram em queda de 1,04% na B3; as da PagSeguro, negociadas em Nova York, caíram 0,35% no premarket desta quinta-feira, e a Stone, também negociada nos EUA, despencou 6,22%. O responsável por esse movimento foi o que divulgou que correntistas do banco clientes Rede terão isenção de tarifa para uma transferência (TED) por dia para a mesma titularidade além de quatro saques gratuitos por mês. Isso é para mostrar que a antecipação com taxa zero não corresponde a uma venda cruzada, pois o correntista pode sacar seus recursos a qualquer momento.

Além disso, a Rede, credenciadora de cartões do banco Itaú, anunciou uma nova rodada de cortes nas taxas em meio à guerra das maquininhas. O MDR, taxa cobrada por cada transação nas maquininhas, passou a 1,99% no débito e 3,49% no crédito à vista, conforme o site da empresa. As novas taxas valem para clientes com faturamento de até R$ 10 mil por mês, ou seja, principalmente microempreendedores individuais (expertise da PagSeguro e da Stone). Os demais clientes negociarão as taxas individualmente. Comparativamente, a Cielo cobra 1,99% no débito no primeiro ano, depois, sobe a taxa para 2,39%. No crédito sem parcelamento, a taxa da maior brasileira do setor é de 4,99%. A média do mercado é entre 2,70% para o débito e 4,20% no crédito à vista.

A JBS é um fenômeno

Além de constar nas relações que circulam com os maiores devedores do INSS, a empresa JBS faz parte dos levantamentos dos maiores devedores do BNDES. Porém, suas ações são bastante atrativas para os analistas, principalmente quando foram divulgados que casos da gripe suína africana começaram a ser registrados em suinoculturas da China. Rapidamente, ganharam recomendação de compra de dez das 16 casas de análise, segundo a Bloomberg. Porém, dois grandes bancos, o Citigroup e o Bradesco BBI, resolveram acabar com a brincadeira e reduziram a avaliação para neutra, reduzindo o potencial de valorização.

No entanto, poucas semanas depois de estar com dez recomendações de compra das 16 casas de análise que a cobrem segundo a Bloomberg, a companhia foi cortada para neutra, primeiro pelo Citigroup e mais recentemente por Bradesco BBI. Para o Bradesco, as ações da JBS já subiram muito nas últimas semanas, influenciadas positivamente pela menor oferta de porcos vinda da China, de modo que o potencial de valorização se reduziu. As ações do frigorífico subiram 70,58% desde o início do ano, sendo que a alta foi de 24,18% em abril. Porém, o mercado vê com mais cautela o desempenho dos papéis e o Bradesco estabeleceu em R$ 19 o preço-alvo das ações da JBS foi estabelecido em R$ 19 pelo banco. Como tais títulos oscilam ao redor de R$ 19,65, é esperada desvalorização de 3,31%.

Os analistas dos bancos revelam que existem empresas mais interessantes no setor de alimentos, que ainda não tiveram valorização tão forte quanto a da JBS, como a BRF, para a qual existe a previsão de preço-alvo de R$ 35 por ação. Tais papéis operam a R$ 31,05, de modo que potencial de valorização de 12,7%.

Produção recorde dos EUA derruba petróleo

A divulgação da produção recorde dos Estados Unidos, com os estoques retornando ao nível mais elevado dos últimos dois anos, derrubou a cotação do produto. Com isso, os preços do barril do Brent caíram 3,03% para US$ 69,99.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE FÓSFOROS
ELEIÇÕES SINDICAIS – AVISO
REGISTRO DE CHAPA ÚNICA

Em cumprimento ao disposto no artigo 12, da Portaria nº 3.150, de 30 de Abril de 1986, comunico que foi registrada a seguinte chapa única, como concorrente à eleição a que se refere o Aviso publicado no dia 18 de abril de 2019, no Jornal "MONITOR MERCANTIL" às Fls. 7: **DIRETORIA** Presidente: Luiz Carlos Renaux; Vice-Presidente: Adilson Cosloski; Secretário: Sidnei Biston; Tesoureiro: José Antônio da Conceição Gonçalves; **Suplente**: Edson Gaboardi; **CONSELHO FISCAL Efetivos** Luiz Antônio Latorre, Ailton de Jesus Teixeira de Freitas e Guido Luiz Gaboardi; **DELEGADOS PERANTE AS FEDERAÇÕES: RJ Efetivos**: Luiz Carlos Renaux e José Antônio da Conceição Gonçalves; **Suplente**: Edson Gaboardi e Ailton de Jesus Teixeira de Freitas; **SP Efetivos**: Luiz Carlos Renaux e Vandermir Francesconi Junior; **Suplente**: Luiz Antônio Latorre e Ailton de Jesus Teixeira de Freitas; **PR Efetivos**: Sidnei Biston e Ailton de Jesus Teixeira de Freitas; **Suplente**: Edson Gaboardi; **SC Efetivos**: Edson Gaboardi e Sidnei Biston; **Suplente**: Ailton de Jesus Teixeira de Freitas. Nos termos da Portaria acima mencionada, o prazo para impugnação de candidaturas é de 5 (cinco) dias a contar da data da publicação deste Aviso. Rio de Janeiro, 02 de maio de 2019.

Luiz Carlos Renaux
Presidente

Venda das refinarias da Petrobras terá um impacto imenso no país

'Agronegócio nacional pode ser afetado com as privatizações', alerta consultor

O governo ambiciona vender oito refinarias da Petrobras, de um total de 13, e arrecadar cerca de US$ 15 bilhões com o negócio. Os desinvestimentos integram o Plano de Negócios e Gestão 2020-2024 da petroleira. O documento deve ser aprovado e divulgado no quarto trimestre.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, informou na semana passada que juntas as refinarias têm capacidade de refino de 1,1 milhão de barris por dia e que o processo de venda deve ser concluído em até um ano e meio.

Na semana passada, em uma mesma reunião foi decidido pelo conselho de administração da companhia reduzir a fatia da estatal na BR Distribuidora - atualmente em 71% - e vender oito refinarias. Estão nessa lista: a Refinaria Abreu e Lima; Unidade de Industrialização do Xisto; Refinaria Landulpho Alves (RLAM); Refinaria Gabriel Passos (Regap); Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar); Refinaria Alberto Pasqualini (Refap); Refinaria Isaac Sabbá (Reman); e a Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor).

A lista de desinvestimento é extensa e considera também a venda da rede de postos da companhia no Uruguai. "Os projetos de desinvestimento das refinarias, além do reposicionamento do portfólio da companhia em ativos de maior rentabilidade, possibilitarão também dar maior competitividade e transparência ao segmento de refino no Brasil", informou a estatal em comunicado.

Diferentemente da opinião do governo federal, para muitos a venda das refinarias terá um impacto imenso no país. "O custo do diesel para as distribuidoras vai aumentar com a privatização e esse maior custo chegará às bombas", alerta Paulo César Ribeiro Lima, engenheiro e especialista no tema. Ele explicou ao MONITOR MERCANTIL qual será o efeito dessas privatizações também para a sociedade. Também ressalta que um dos segmentos que pode ser afetado com esse programa privatização é o agronegócio.

Paulo César Ribeiro Lima é PhD em Engenharia Mecânica pela Cranfield University (1999), ex-consultor legislativo do Senado Federal e ex-consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Atua na área de minas e energia, com foco nas áreas de petróleo, gás natural, biocombustíveis e recursos minerais. De 1999 a 2005, foi o funcionário da Petrobras com maior número de depósito de patentes. É autor de mais de 20 patentes.

O que pode acontecer com o país com a privatização das refinarias?

- A Petrobras apresenta um custo médio de refino de apenas US$ 2,50 por barril. Esse baixo custo decorre da eficiência operacional da estatal e do fato de os custos de capital já terem sido quase todos amortizados. Se uma empresa comprar uma refinaria por alguns bilhões de dólares, esse custo de capital comporá o custo do refino da nova empresa, com impacto no preço de venda às distribuidoras.

Qual o impacto disso para os caminhoneiros, uma vez que o preço do diesel deve aumentar?

- O custo do diesel para as distribuidoras vai aumentar com a privatização das refinarias e esse maior custo chegará às bombas. Com o preço mais alto do diesel, os caminhoneiros tentarão repassar seus custos de transporte das mercadorias. Se conseguirem, esses custos serão repassados para os preços das mercadorias; se não conseguirem, os caminhoneiros terão que reduzir suas receitas. O preço do milho, por exemplo, é altamente dependente do custo do frete. Elevados preços de óleo diesel podem ter como consequência a redução da produção nacional de milho, por exemplo.

Qual seria o impacto a médio prazo para a sociedade?

- Alto preço de mercadorias, redução de empregos e até escassez de derivados. O agronegócio nacional, por exemplo, pode ser afetado pelas privatizações das refinarias.

O que é possível fazer para evitar isso?

- Alterar a política de preços da Petrobras. A administração da estatal não diz a verdade quando afirma que pratica preço de paridade internacional. Na realidade, a Petrobras pratica, no caso do óleo diesel, preço de paridade de importação, conforme informado pela própria estatal.

Em comunicado postado no site da Petrobras em 16 de abril de 2019, a estatal diz: "Nossa política de preços para a gasolina e o diesel vendidos às distribuidoras tem como base o preço de paridade de importação, formado pelas cotações internacionais destes produtos mais os custos que importadores teriam, como transporte e taxas portuárias, por exemplo. A paridade é necessária porque o mercado brasileiro de combustíveis é aberto à livre concorrência, dando às distribuidoras a alternativa de importar os produtos. Além disso, o preço considera uma margem que cobre os riscos (como volatilidade do câmbio e dos preços)".

Paulo César: 'O agronegócio nacional, por exemplo, pode ser afetado pelas privatizações das refinarias'

É preciso, então, que a Petrobras pratique, de fato, o preço de paridade internacional, com amortecimento de preços e da taxa de câmbio. Isso permitirá que a estatal seja tão lucrativa quanto a ExxonMobil, BP, Shell, etc, quando vendem seus produtos na Costa do Golfo dos Estados Unidos (USGC).

Esse preço, no entanto, inviabilizaria a importação de derivados de petróleo. Assim, é necessário um modelo tributário que viabilize a compra e o transporte da parcela importada. A redução de PIS/Cofins viabilizaria a importação da parcela necessária ao abastecimento nacional. Essa redução poderia ser compensada por uma tributação sobre a exportação do petróleo cru, de modo a não haver impacto no orçamento público. Atingida a autossuficiência do país, esse modelo tributário deixaria de ser necessário.

Oferta pública não terá mais análise prévia de material publicitário

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou na terça-feira a Deliberação CVM 818, que dispensa a necessidade de aprovação prévia de material publicitário utilizado em oferta pública de distribuição de valores mobiliários registrada. Segundo a CVM, a ação faz parte do projeto de revisão do regime de ofertas públicas e está em linha com práticas internacionais. A Os materiais publicitários deverão ser encaminhados à CVM em até 1 dia após a sua utilização.

A autarquia pretende estabelecer um processo mais ágil de registro de ofertas públicas de distribuição, tendo em vista que, em geral, não se verificam desvios relevantes nos materiais publicitários submetidos à aprovação. "Nosso objetivo é aumentar a eficiência do mercado, eliminando sempre que possível exigências que ao longo do tempo se provem desnecessárias. A responsabilidade dos participantes envolvidos nas ofertas pela qualidade e completude das informações divulgadas permanece, de modo que eventuais irregularidades seguirão sendo combatidas, restando preservada a proteção aos investidores", disse o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa.

A CVM está realizando um processo de revisão das normas que dispõem sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários. No âmbito deste processo, a autarquia editou, em 19 de fevereiro de 2019, a Deliberação CVM 809, que visa ampliar a atratividade da captação de recursos por meio do mercado de valores mobiliários ao remover determinados entraves procedimentais relacionados ao processo de registro das ofertas públicas.

De acordo com a Superintendência de Desenvolvimento de Mercado (SDM), as medidas são experimentais. "O objetivo da CVM é verificar, empiricamente, os resultados da medida na dinâmica de concessão de registro e no trâmite das ofertas públicas, servindo de valioso insumo para eventual implementação definitiva a partir do processo de revisão do regime de ofertas públicas atualmente em curso na Autarquia", ressaltou Antonio Berwanger, superintendente da SDM.

BANCO CÉDULA S.A.
SOLUÇÕES FINANCEIRAS QUE ATENDEM SUAS NECESSIDADES.(*)
PESSOAS JURÍDICAS: Capital de Giro - Antecipação de recebíveis - Alienação de Imóveis
PESSOAS FÍSICAS: Empréstimo com garantias Alienação de Imóveis
Nossos especialistas tem as melhores soluções financeiras, taxas e prazos capazes de atendê-lo. Tudo com a agilidade que só no Banco CÉDULA você encontra, porque aqui, você fala com quem decide.(*)
Antes de contratar, fale com nossos especialistas.
Matriz: Rua Gonçalves Dias, 67 - Centro - Rio
Ligue: (21) 2179-4805 / 0800 0264313
www.bancocedula.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS PROFISSIONAIS E TRABALHADORES EM ATIVIDADES DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SIMA, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA todos os Profissionais e Trabalhadores em Atividades de Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, para Assembleia Geral Extraordinária no dia 10 de maio de 2019, será realizada no seguinte endereço, sito á Av. Presidente Vargas, nº 590 sala 1408- Centro- Rio de Janeiro, em primeira convocação às 18:30 h e em segunda e última convocação às 19:00 h, para deliberarem sobre a seguinte pauta: A) Deliberação sobre a exclusão de sócios, B) Reforma estatutária, C) Mudança de endereço da sede da entidade, D) Esclarecimentos Gerais. Rio de Janeiro, 02 de Maio 2019. SERGIO SILVEIRA-Presidente do SIMA.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (A.G.O.)
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocadas as Entidades Associadas da UNIDASPREV – União Nacional das Entidades Associativas e dos Titulares de Planos de Previdência Complementar Fechada, para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO), a ser realizada no dia 31 de maio de 2019, na Avenida Nilo Peçanha, 50 - Sala 2016, nesta cidade. Na forma estatutária, os trabalhos serão instalados em primeira convocação às 10:00 horas, com a presença mínima da metade mais um do número de Associadas e, em segunda e última convocação, às 10:30 horas, com qualquer número de presentes. **ORDEM DO DIA** 1 – Aprovação da Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2018; 2 – Aprovação do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2018; 3 – Aprovação do Orçamento para 2019, e; 4 – Preenchimento da vacância na Diretoria, para completar o quadro Administrativo. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2019

Luiz Ferreira Xavier Borges
Presidente

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S/A realizada às 13:00 horas do dia 20 de março de 2019. **LOCAL:** escritório da Companhia, localizado na Rua Bela Cintra nº 986, conjunto 81, na Cidade e Estado de São Paulo. **PRESENÇA:** com a maioria dos seus membros, a saber: Alejandro Daniel Laiño, Carlos Eduardo Rispoli Quartieri (substituído neste ato, nos termos do art. 12, (b) do Estatuto Social, por Giane Luza Zimmer Freitas), Carlos Hector Rezzonico, Elder Rapachi, Fernando César Paim, Giane Luza Zimmer Freitas, Pedro Gutemberg Quariguasi Netto e Sonia Zagury. **CONVOCAÇÃO:** na forma do Estatuto Social da Companhia. **MESA:** Giane Luza Zimmer Freitas, Presidente. **DELIBERAÇÕES:** o Conselho deliberou, por unanimidade de votos, nos termos da alínea "l" do artigo 16 do Estatuto Social, (i) ratificar a celebração (a) da Proposta Comercial de Prestação de Serviços de Transporte Ferroviário com a TERNIUM DO BRASIL LTDA., e (b) do Contrato de Prestação de Serviço de Manutenção de Via Permanente com a TERNIUM DO BRASIL LTDA., conforme devidamente justificado no Anexo I a esta ata, bem como todos os atos que a Diretoria já praticou com relação a esse instrumento e (ii) aprovar a celebração dos demais instrumentos contratuais listados no Anexo I. A Diretoria ressaltou que os instrumentos contratuais estão em condições equitativas e de mercado, conforme legislação aplicável. Registre-se que, nos termos do art. 156 da Lei das S.A., (i) os conselheiros Alejandro Daniel Laiño e Carlos Hector Rezzonico abstiveram-se de votar em relação à ratificação da celebração (a) da Proposta Comercial de Prestação de Serviços de Transporte Ferroviário a com a TERNIUM BRASIL LTDA. e (b) do Contrato de Prestação de Serviço de Manutenção de Via Permanente com a TERNIUM BRASIL LTDA; (ii) o conselheiro Pedro Gutemberg Quariguasi Neto absteve-se de votar em relação à aprovação do 2º termo aditivo ao CTR S13155942 de Gerenciamento de manutenção e fornecimento de materiais de Via Permanente a ser firmado com a CSN MINERAÇÃO S.A.; (iii) os conselheiros Carlos Eduardo Rispoli Quartieri (substituído neste ato, nos termos do art. 12, (b) do Estatuto Social, por Giane Luza Zimmer Freitas), Giane Luza Zimmer Freitas e Sonia Zagury abstiveram-se de votar em relação à aprovação do Termo de Compromisso Nº 001/2019 a ser firmado com Ferrovia Centro-Atlântica S.A, Fibria Celulose S.A. e Rumo Malha Paulista S.A., todos devidamente detalhados no Anexo I. Certidão da **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** – Nome: MRS Logística S/A – Nire: 33.3.0016356-5 – Protocolo: 00-2019/173999-5 – 25/03/2019. Certifico o arquivamento em 26/03/2019 e o registro sob o número: 00003558729 – Data: 26/03/2019. Bernardo F. S. Berwanger – Secretário Geral.

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.
CNPJ nº 33.412.792/0001-60 - NIRE 3330001541-8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2019. LOCAL, DIA E HORA: Sede da Construtora Queiroz Galvão S.A. ("Companhia"), na Rua Santa Luzia, nº 651, 2º, 3º, 3º mezanino e 6º andares, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, no dia 18 de abril de 2019, às 9:00 horas. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da acionista única, que representa a totalidade do capital social, na forma do §4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **MESA:** Presidente: Bartolomeu Charles Lima Brederodes; e Secretário: Thiago Luiz Regueira dos Santos. **ORDEM DO DIA:** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **PUBLICAÇÕES DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DA AUDITORIA:** Diário Oficial/RJ e Monitor Mercantil, ambos do dia 29 de março de 2019. **DELIBERAÇÕES:** A acionista única adotou as seguintes resoluções: a) Nos termos do §4º do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, considerar sanada a inobservância do prazo previsto para publicação dos documentos listados nos incisos I, II e III do mesmo artigo; b) Sem restrições ou ressalvas, aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com o respectivo parecer dos auditores independentes, com a destinação total do lucro líquido do exercício no valor de R$69.320.540,02 (sessenta e nove milhões, trezentos e vinte mil, quinhentos e quarenta reais, dois centavos) para amortização de prejuízos acumulados de outros exercícios. c) Aprovar a lavratura sumariada da ata desta assembleia geral, determinando o arquivamento na Companhia, depois de rubricados pela mesa, dos documentos que interessam à assembleia realizada. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS**: Mesa: Presidente: Bartolomeu Charles Lima Brederodes e Secretário: Thiago Luiz Regueira dos Santos. Acionista: Queiroz Galvão S.A., por Bartolomeu Charles Lima Brederodes e Thiago Luiz Regueira dos Santos; e BKR - Lopes, Machado Auditores, por José Carlos de Almeida Martins. Confere com o original lavrado no livro próprio. **Bartolomeu Charles Lima Brederodes** - Presidente da Mesa. **Thiago Luiz Regueira dos Santos** - Secretário da Mesa. **BKR - Lopes Machado Auditores**. **Certidão** - Jucerja - Registrada sob o nº 00003591529 em 26/04/2019. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário-Geral.

VIGÉSIMA VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL
EDITAL DE CITAÇÃO
Com o prazo de vinte dias

O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Josimar de Miranda Andrade - Juiz Titular do Cartório da 20ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Erasmo Braga, 115 L1 SL 201 CORR C CEP: 20020-000 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133-2376 e-mail: cap20vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício, de nº 0413894-14.2016.8.19.0001, movida por CONDOMINIO DO EDIFICIO TOUR DE SAINT JACQUES em face de TEREZINHA CAETANO DIONIZIO, objetivando CITAÇÃO da parte executada para, no prazo de 03 (três) dias, pagar a importância de R$ 4.759,84(quatro mil e setecentos e cinquenta e nove reais e oit enta e quatro centavos) + CUSTAS E HONORÁRIOS, ficando ciente de que: a) caso não efetue o pagamento no prazo indicado, ocorrerá a penhora e avaliação de bens (Art. 829 e parágrafo 1º do CPC); b) poderá oferecer embargos no prazo de quinze dias úteis após a juntada do mandado de citação nos autos (Art.915, caput, do CPC); c) no caso de integral pagamento no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (Art. 827, parágrafo 1º do CPC). Assim, pelo presente edital CITA a ré TEREZINHA CAETANO DIONIZIO, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC) , caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, ser&aacut e, nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro,05 de fevereiro de 2019 . Eu, Cristina Marques Gonçalves - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/26528, digitei. E eu, Sonia Maria Torraca de Siqueira - Escrivão - Matr. 01/14499, o subscrevo. 0263